



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Ata n.º 305** -----

-----  
----- Aos vinte e sete dias do mês de dezembro de dois mil e treze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Adriano Martins Aires, e secretariada pela Primeira Secretária, Senhora Maria Lúcia Braga Araújo, e pela Segunda Secretária, Senhora Maria Alexandra Ferreira Henriques, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:** -----

----- Ponto um: "Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"; -----

----- Ponto dois: "Apreciação e votação das atas n.º 302, 303 e 304, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA"; -----

----- Ponto três: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";

----- **Período da Ordem do Dia:** -----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA"; -----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA"; -----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho"; -----

----- Ponto quatro: "Apreciação e votação da declaração de eventual nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro"; -----

----- Ponto cinco: "Eventual eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em consequência da deliberação anterior"; -----

----- **Período de Intervenção do Público:** -----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

----- • Adriano Martins Aires – GM do MIAP; -----

----- • João José Nogueira de Almeida – GM do PPD/PSD; -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do MIAP; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PPD/PSD; -----
- • António Manuel Alves – GM do PS; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – GM do MIAP, substituída por Armando Henriques Pereira; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Crasto – GM do PPD/PSD; -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – GM do MIAP; -----
- • José Manuel Oliveira Carvalho – GM do PPD/PSD; -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do MIAP; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Sara Filipe Seabra dos Reis – GM do PPD/PSD; -----
- • Mónica Filipa Morais da Silva – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do MIAP; -----
- • Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo – GM do PPD/PSD. -----
- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
- • Ricardo César Galante Oliveira Manão – GM do PPD/PSD; -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Arlindo Fernandes Simões – GM do MIAP – PJF da Moita; -----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do MIAP – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • António Ferreira de Carvalho – GM do MIAP – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJ da União das Freguesias de Arcos e Mogofores; -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJ da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – PPD/PSD - Vereador; -----
- • Litério Augusto Marques – MIAP – Vereador; -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vereador; -----
- • Lígia Filipe Seabra – PPD/PSD – Vereadora. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia do dia vinte e sete de dezembro, quando eram catorze horas e dezanove minutos. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da mesa, dirigiu os seus cumprimentos aos presentes, referindo de seguida: Sei que existem algumas propostas para serem lidas e votadas. Agradecia que as fizessem chegar à mesa”. -----

----- Tenho, na minha posse, a primeira proposta, apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, pelo Senhor Deputado José Manuel de Oliveira Carvalho, pelo Senhor Deputado António Manuel Alves e pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões e cujo relator, será o Senhor Deputado Luís Santos. Tenho outra apresentada pelos senhores Deputados André Henriques e Luís Santos, a primeira respeita ao voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Vinhal. -----

----- A segunda, sobscrita pelos Grupos Municipais PS e MIAP, propõem um voto de pesar pela morte de Nelson Mandela a qual passo de imediato a ler: “Nelson Mandela foi o mais importante símbolo da luta contra o regime segregacionista do Apartheid. Dedicou a sua vida a esta causa, esteve preso vinte e sete anos, negociou a sua liberdade e foi eleito presidente da África do Sul de mil novecentos e noventa e quatro a mil novecentos e noventa e nove, período suficiente para unir o país e dar ao mundo um exemplo de liberdade, paz e esperança”. -----

----- Outra proposta, que entretanto chegou à mesa, apresentada pela Senhora Deputada Mónica Silva que faz a seguinte apresentação: «O Grupo Municipal do PS propõe um voto de pesar pela morte do Senhor Lopo de Sousa Freitas. O Senhor Lopo de Sousa Freitas foi um cidadão notável da nossa terra. Empresário de reconhecido sucesso, foi ainda membro da Confraria dos Enófilos da Bairrada, do Lions Clube da Bairrada e Academia do Vinho da Bairrada. Colaborou ainda com entidades desportivas e humanitárias, tais como, o Anadia Futebol Clube, os Bombeiros Voluntários de Anadia e a Santa Casa da Misericórdia de Anadia. Foi um anadiense exemplar que merece o nosso reconhecimento.»-----

----- Falta apenas a leitura da primeira proposta apresentada, como disse subscrita por todos os grupos municipais: «Propõem, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia. Anadia perdeu, neste mês de dezembro, um cidadão que ficará para sempre ligado à história da educação e da política do nosso concelho. José Pereira Vinhal, anadiense por adoção, nunca esqueceu as suas origens, dela trazendo inúmeros conterrâneos para frequentar o ensino secundário, local onde será sempre lembrado pelas suas qualidades de pedagogo e ideais de vida pessoal e coletiva. A frontalidade, a determinação, o inconformismo e a firmeza com que defendia as suas convicções, concordemos com elas ou não, fizeram dele um homem notado e apreciado nos três mandatos em que pelo



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CDS-PP esteve como deputado nesta Assembleia Municipal. É pois com este sentimento de perda que todos os Grupos Municipais desta Assembleia propõem um voto de pesar pelo falecimento de José Pereira Vinhal, apresentando as suas mais sentidas condolências aos seus familiares e amigos.»-----

----- Lidas as três manifestações de pesar, e não havendo qualquer pedido para intervir a esse propósito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação das propostas apresentadas. -----

----- Depois de submeter à votação a primeira proposta, subscrita pelos Senhores Deputados Luís António Sousa Pinto dos Santos, José Manuel de Oliveira Carvalho, António Manuel Alves e Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou, à votação da segunda proposta, apresentada pelos Grupos Municipais do PS e do MIAP, de voto de pesar pela morte de Nelson Mandela. Decorrida a votação, anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- Submeteu à votação dos Senhores Deputados a terceira proposta, subscrita pela Senhora Deputada do Grupo Municipal do PS, na qual o Grupo Municipal do PS propunha um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lopo de Sousa Freitas. Decorrida a votação, anunciou que a proposta tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que sobre aqueles três cidadãos a assembleia guardasse um minuto de silêncio pela sua perda. -----

----- Submetida à votação a proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para que fosse guardado um minuto de silêncio pelo falecimento daqueles três cidadãos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- Guardado um minuto de silêncio, foi dado início ao período de antes da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um: *"Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 34.º, do Regulamento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)"*. Para o efeito, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Deputada Alexandra Henriques para fazer a chamada das pessoas que iriam tomar posse perante a Assembleia Municipal. -----

----- A Senhora Deputada Alexandra Henriques passou, então, a ler a ata da tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança, o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Anadia e no edifício dos Paços do Município, compareceram para se proceder à tomada de posse perante esta Assembleia Municipal como membros do Conselho Municipal de Segurança nos termos do artigo nono da Lei número trinta e três barra noventa e oito, de dezoito de julho, os seguintes cidadãos: Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Anadia; Engenheiro Adriano Martins Aires, Presidente da Assembleia Municipal de Anadia; Fernando Adelino Pina Fernandes, Presidente da União de Freguesias de Arcos e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mogofores; Ema Paula da Silva Dias Pato, Presidente da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; Mário Severo de Matos Marinho, Presidente da Freguesia de São Lourenço do Bairro; Engenheiro Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, representante do Serviço Municipal de Proteção Civil; Adjunto de Comando António José Gonçalves Matos Pereira, comandante em substituição dos Bombeiros Voluntários de Anadia; Engenheiro Carlos António Soares de Matos, Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Anadia; António Floro dos Santos Ferreira, representante da Misericórdia da Freguesia de Sangalhos; José Francisco Paixão Correia, representante da União dos Sindicatos de Aveiro da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; Professor Orlando Cardoso da Silveira, representante da União Geral dos Trabalhadores; Mário Augusto Ferreira Teixeira, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Professora Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro, designada pela Assembleia Municipal de Anadia; Dra. Joana Patrícia dos Santos Silva, designada pela Assembleia Municipal de Anadia; Enfermeiro Pedro Manuel dos Santos Nogueira, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Engenheiro Dino Augusto Ferreira Rasga, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Dr. João José Dias Coimbra, designado pela Assembleia Municipal de Anadia; Dra. Ana Margarida Nunes Simões, representante do Ministério Público da Comarca do Baixo Vouga; e Rui Filipe Santos, em representação da Associação Comercial e Industrial da Bairrada. -----

----- Não tomaram posse o representante da Administração Regional de Saúde do Centro em virtude de os serviços se encontrarem em fase de reestruturação e ainda não ter sido nomeado o coordenador técnico do Centro de Respostas Integradas de Aveiro. -----

----- Verificada a conformidade formal do processo com a identidade dos presentes e para constar se lavrou a presente ata, que eu, Maria Alexandra Pereira Henriques, segunda secretária da Assembleia Municipal, a subscrevi e redigi e que vai ser assinada por todos os presentes."---

----- Concluída a leitura da ata, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal prestou a seguinte informação ao plenário, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "A propósito do último período lido pela Senhora Deputada e segunda secretária da mesa da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Câmara fez chegar à mesa, enquanto era feita a leitura, um e-mail cujo remetente é o Senhor João Pedro Pimentel, Diretor do Departamento de Saúde Pública que nos diz o seguinte: «Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia. De acordo com o solicitado por Vossa Excelência através da comunicação de treze de dezembro passado e por incumbência do Senhor Presidente da ARS, Dr. José Tereso, indica-se como representante desta instituição ao Conselho Municipal de Segurança a Dra. Maria Fernanda Pinto da Silva, Delegada de Saúde adjunta da ACeS do Baixo Vouga.»-----

----- Este e-mail foi recebido a vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, às treze horas e vinte e um minutos. Portanto, não podia ter sido convocado, pelo que tomará posse na próxima oportunidade."-----

----- Prontamente, e a respeito do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que depois



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de cumprimentar os presentes na sua primeira intervenção da sessão, declarou o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "O MIAP congratula-se com a disponibilidade e a amabilidade de cada um de vós e de todos os membros hoje empossados deste Conselho Municipal de Segurança. Desejamos a todos um perfeito desempenho das suas funções em ordem à resolução dos problemas do nosso Município, nesta área específica da segurança. Muito obrigado pela vossa amabilidade e pela vossa disponibilidade."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que depois de cumprimentar os presentes, declarou: -----

----- "Em nome, portanto da bancada, vimos desejar os mais profícuos resultados a esta comissão de segurança aos cidadãos e para as funções que lhes foram confiadas."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, felicitando os empossados, disse: "As minhas congratulações a todos os empossados e, em conjunto, esperamos prestar um bom serviço ao nosso Município. Sabemos das vossas qualidades e do vosso voluntarismo para à causa pública entregarem o melhor que sabem e o melhor que podem. Muito obrigado e as minhas felicitações."-----

----- Dando continuidade aos trabalhos, passou a ler uma comunicação apresentada pela Senhora Deputada Jennifer Nunes Pereira, com data de dezasseis de dezembro, "A Deputada Municipal do MIAP, em virtude de não lhe ser possível comparecer à sessão ordinária da Assembleia no dia vinte e sete de dezembro vem, nos termos do artigo décimo primeiro, do regimento da Assembleia Municipal de Anadia, solicitar a sua substituição para a sessão acima referida pelo Senhor Armando Henriques Pereira, nos termos do artigo décimo quinto do RAMA)". Operada a substituição, desejou as boas-vindas ao Senhor Deputado Armando Henriques Pereira e os votos de bom regresso e adiantou que contariam com a sua colaboração.

----- Entretanto, passou a apresentar o ponto dois do período de antes da ordem do dia, "*Apreciação e votação das atas número trezentos e dois, trezentos e três e trezentos e quatro, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 34.º, do RAMA*", recordando que a primeira ainda respeitava ao mandato anterior. -----

----- Não tendo havido qualquer pedido de intervenção relativamente à ata número trezentos e dois, da sessão ordinária do dia vinte e três de setembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e dois, da sessão ordinária do dia vinte e três de setembro de dois mil e treze tinha sido aprovada por maioria, com vinte abstenções e onze votos a favor. -----

----- Apresentada para apreciação a ata número trezentos e três, da sessão extraordinária de dezanove de outubro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "A apreciação que temos a fazer relativamente à ata número trezentos e três pode ser vista sob duas perspetivas, quanto à forma e quanto ao conteúdo. Na forma parece-me a bom rigor e da boa imagem que estas atas depois tornando-se públicas possam transparecer lá para fora e para toda a gente que está interessada na atividade política e do que se passa em termos de Assembleia do Município de Anadia, era importante que as intervenções de todos os líderes que fizeram uma intervenção na tomada de posse estivesse em itálico porque efetivamente só há uma que está efetivamente nessas condições, as outras estão em letra normal porque foi uma transcrição na íntegra, tanto quanto me consta do que foi falado oralmente, isto é, em termos da forma. -----

----- Em termos do conteúdo, na página seis, na linha trinta e três está escrito: entretanto o cidadão Adriano Martins Aires informou já ter em sua posse duas propostas, uma do grupo municipal do MIAP e outra do grupo municipal do PSD, a darem conhecimento da constituição dos respetivos grupos municipais e do seu representante e líder designadamente, Luís António Sousa Pinto dos Santos e José Manuel Oliveira Carvalho. O documento que nós entregámos era a dar conhecimento de três situações: uma era a designação do grupo, segunda a constituição dos elementos desse grupo e terceira o líder. E tenho a certeza que o Senhor Presidente leu em voz alta essa proposta, não me recorde de o Senhor Presidente ter feito o mesmo relativamente ao documento entregue pelo MIAP. Se houver algum dos presentes que esteja presente que se recorde, eu agradeço que me corrijam se faz favor."-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se algum dos presentes pretendia fazer algum comentário relativamente à apreciação que tinha sido feita pelo Senhor Deputado José Carvalho. Uma vez que ninguém se manifestou, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou que a mesa também não se iria manifestar porque, de facto, não tinha presente com bom rigor tudo o que se tinha passado. -----

----- Assim, voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, por nova solicitação deste, que declarou: "Eu peço desculpa, mas vou votar que ata? A ata que me foi entregue ou a ata com a correção da apreciação que foi feita?"-----

----- Prontamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu transcrever na íntegra: -----

----- "Se há uma proposta para haver uma correção, eu agradecia que a fizesse para a sujeitar a votação. Porque se é proposta, aceitá-la-ei e aceitarei a proposta e sujeitarei a proposta a votação. Caso contrário sujeitarei a ata na sua totalidade a votação, tal e qual como foi entregue. -----

-----Tenho em meu poder duas propostas, uma proposta A, do grupo municipal do MIAP, que é subscrita pelo seu representante e que passo a ler: «Que a ata número trezentos e três seja aprovada na generalidade e que o parágrafo indicado, a linha trinta e três, folha seis de seis, seja verificada em conferência de líderes». -----

----- Tenho outra proposta subscrita pelo grupo municipal do PSD e que diz o seguinte: «Página



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seis de dezasseis, na linha trinta e três, o grupo municipal do PSD entregou uma proposta que assentava em três informações: denominação do grupo municipal, elementos que compõem o grupo, líder de bancada. Esta proposta foi lida oralmente referente ao grupo municipal do PSD. O Deputado Municipal». -----

----- Portanto, sujeitarei a votação a proposta A e proposta B. Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou: -----

----- "Senhor Presidente. De acordo com o Regimento da nossa Assembleia as atas, as sessões, melhor dizendo, são gravadas no sentido de servirem de apoio à feitura da ata. Portanto, se algum lapso existe, e no sentido de agilizarmos este processo, eu penso que o mais simples é na realidade aquilo que nós propomos. É que a ata seja aprovada na sua generalidade, com esta recomendação de que, na verdade, na próxima reunião de líderes possamos ouvir esse trecho da mesma ata e verificarmos o que é que eventualmente possa estar fora daquilo que foi dito. Comprometendo-nos evidentemente a retificar aquilo que não estiver correto."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, entretanto, que relativamente à proposta do Grupo Municipal do PSD, o compromisso que assumia era que se fizesse transcrever para a ata trezentos e três toda, textualmente, a proposta apresentada ou as propostas apresentadas à Mesa quer por um Grupo Municipal quer por outro. -----

----- Então, submeteu à votação a proposta A, do Grupo Municipal do MIAP, não sem antes a voltar a ler. -----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a proposta A, apresentada pelo Grupo Municipal do MIAP, tinha sido aprovada por unanimidade, adiantando, a concluir, que se considerava a ata número trezentos e três aprovada na generalidade, transitando o parágrafo contido na linha trinta e três para a conferência de líderes e havendo o compromisso de introdução ou transcrição das propostas contidas nas folhas que foram apresentadas. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que disse o que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente, face àquilo que acabamos de votar, retira-se então a proposta, porque nós aprovamos a favor desta reunião de líderes representantes, portanto, o assunto está sanado."-----

----- Esclarecido o assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu, então, à votação dos Senhores Deputados, a ata número trezentos e três, da sessão extraordinária do dia dezanove de outubro de dois mil e treze, com a salvaguarda daquilo que tinha sido votado anteriormente. Decorrida a votação, anunciou que a ata número trezentos e três, da sessão extraordinária do dia dezanove de outubro de dois mil e treze tinha sido aprovada por maioria, com uma abstenção, do Senhor Deputado Armando Pereira. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Armando Pereira, do Grupo Municipal do MIAP: -----

----- "Boa tarde. Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara, caros Deputados. Abstive-me por não ter estado presente à respetiva reunião."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à apreciação da ata número trezentos e quatro, da sessão extraordinária do dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze. -----

----- No período de apreciação da mesma, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que fez a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Relativamente à ata trezentos e quatro parece-me que há aqui também algumas pequenas correções a fazer. Logo na página dois tem um período de intervenção do público, «período de intervenção nos termos do artigo trigésimo sexto do RAMA, tendo sido constituída a mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e dez minutos». Parece-me que estas linhas não fazem parte desta reunião, até porque na página três, na linha dezanove «declarada aberta a sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Anadia de vinte e dois de novembro quando eram quinze horas». Portanto, a questão do conteúdo. -----

----- Depois na página quatro «perante um pedido de intervenção do Senhor Deputado José Carvalho do grupo municipal», linha trinta por favor, «portanto perante um pedido de intervenção do Senhor Deputado José Carvalho do grupo municipal do PPD-PSD», no âmbito dos pontos da ordem de trabalhos, eu disse-o várias vezes que eu queria falar no âmbito do ponto da ordem de trabalhos. Nessa altura, presumo também da minha inocência, não fazia ideia da gravação e da necessidade do microfone, mas eu disse-o e o Senhor Presidente lembra-se que isto foi logo a seguir à intervenção do Deputado João Almeida e do Deputado Luís Santos. Portanto, não permitiu que houvesse esse tipo de intervenções, mas eu disse-o no âmbito dos pontos da ordem de trabalhos. Nesse âmbito, portanto, falta essa informação aqui. -

----- Depois na página cinco, na linha vinte e quatro «de imediato e perante a sinalização do Senhor Deputado Manuel Veiga para intervir, o Senhor Deputado pediu que fossem distribuídas as propostas aos deputados», também não faz parte. Na linha três, portanto, já vem do parágrafo anterior também, para o efeito iniciou a votação para decidirem se concederiam a palavra aos Senhores Deputados para a discussão dos pontos, finda a qual anunciou que a Assembleia Municipal tinha decidido que não fosse dada a palavra aos Senhores deputados para a discussão dos pontos». -----

----- O artigo cinquenta e um do nosso Regimento diz que as votações, o resultado das votações tem que fazer parte das atas. Falta o resultado desta votação na ata. Ainda nesta página, na linha doze, «entretanto, deu a conhecer que tinha em sua posse uma lista apenas, do Grupo Municipal do MIAP, tendo passado a ler o teor da respetiva proposta». Só que na linha vinte e dois já é apresentada pelo grupo municipal do MIAP e do grupo municipal do PS. A mesma informação está contida na linha trinta e três e trinta e quatro. Deve haver aqui também



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

algum lapso ou esquecimento de ter colocado a proposta conjunta, não sei. -----  
----- Depois, relativamente ao que se vai passar: ao ponto três, ao ponto cinco, ao ponto seis, sete, as propostas são subscritas pelo grupo municipal do MIAP quando são apresentados os pontos e dois parágrafos à frente, em todas elas, «a proposta é subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos», isto está em todas as propostas, esta está em todas as propostas, quando muito foi assinada eventualmente, mas temos que perceber se foi realmente subscrita pelo grupo municipal ou pelo Senhor Deputado. No oito, isso já não acontece, na medida em que já há uma proposta apresentada, não é subscrita pelos grupos municipais do MIAP e do PS. Portanto, depois o mesmo se passa também relativamente ao ponto nove e ao ponto dez e, já agora, na penúltima página, na linha dezasseis, «de seguida concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Manuel Oliveira Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que completou a intervenção». Eu não completei nenhuma intervenção, eu apenas tive uma intervenção, obrigada.”-----  
----- Finda a intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que disse: -----  
----- “Senhor Presidente, só para informar que todas as intervenções que foram feitas a nível de proposta, obviamente que foram assinadas por um deputado municipal que é o líder de bancada, mas foram feitas em nome da bancada. E se há alguma dúvida é uma questão de se perguntar à bancada se concordava com elas ou não. A bancada votou, votou favoravelmente, portanto, é uma questão de português. Já entendemos. -----  
----- De qualquer dos modos, a lei diz que a ata deve conter de forma concisa os assuntos que foram tratados de forma efetivamente, alargada, mas discutiremos isso mais tarde. Portanto, fique claro que qualquer intervenção que foi feita aqui, por mim, foi feita enquanto líder de uma bancada e em nome dessa bancada.”-----  
----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que fez a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----  
----- “Eu queria chamar a atenção dos Senhores Deputados para a gravidade do que vão votar. Na página quatro e cinco, no fim, diz-se assim: «de imediato se submeteu à consideração do plenário uma tomada de decisão sobre se cada ponto ou na generalidade deveriam ou não conceder a palavra aos Senhores Deputados. Para o efeito, iniciou a votação para decidirem se concederiam a palavra aos Senhores deputados para a discussão dos pontos, finda a qual anunciou que a Assembleia Municipal tinha decidido que não fosse dada a palavra aos Senhores Deputados para a discussão dos pontos». -----  
----- Tirando de lado o caricato da situação da Assembleia colocar um adesivo na sua própria boca, tem que se dizer quem votou a favor porque eu quero que isto fique, gostava que isto... isto viola a lei, frontalmente, a lei setenta e cinco dois mil e treze, viola o regimento, viola o código de procedimento administrativo. O resultado das votações tem que estar e num ato



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta gravidade que eu penso que os Senhores não tomaram na devida atenção, os Senhores deputados que votaram a favor. -----

----- Eu gostava de saber, e que ficasse registado para memória futura, quem cometeu, quem votou a favor de colar adesivo. Porque eu acho muito estranho. Eu fui consultar outras atas, noutras Câmaras Municipais, além dos deputados falarem, quando havia votações e a fazerem-se declarações de voto. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal impediu-nos a nós de nos pronunciarmos e submeteu depois essa recusa a uma deliberação, submeteu isso a uma votação da Assembleia. E a Assembleia por maioria, não foram todos felizmente, houve pelo menos onze votos contra e houve os votos a favor e eu gostava, o grupo parlamentar do PSD, gostava que isto ficasse em ata porque eu acho de extrema gravidade que não fique. Então há uma votação, votou-se a favor, votou-se contra, e não se diz quem é que votou a favor e quem é que votou contra? Eu acho isto extraordinário. Agora é evidente que a ata vai a votação e os Senhores Deputados votarão como entenderem. Mas vai ficar registado que nós seremos contra e que isto viola a lei, clarissimamente. A lei e o regimento.”-----

----- Atenta a intervenção do Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou o Senhor Deputado de que o reparo tinha ficado registado e seria certamente reposta a observação que o Senhor Deputado tinha acabado de fazer sobre os nomes dos Senhores Deputados que tinham votado a favor e, claramente, aqueles que tinham votado contra. -----

----- Excecionalmente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- “...Se é a ata retificada ou a ata não retificada? É somente isso.”-----

----- Também para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que disse: --

----- “Eu peço desculpa da intervenção que vou fazer. Na realidade tinha também esta consideração para chamar a atenção que, na verdade, o registo das votações tem que ficar feito em ata, sem qualquer dúvida, não há dúvida nenhuma sobre isso. Agora a realidade é que o Senhor Presidente já referenciou em relação a essa questão que iria retificar essa situação, portanto, para mim esse ponto não tem qualquer dúvida. A ata irá ser retificada com as votações dentro daquilo que na realidade aconteceu na própria Assembleia.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que de facto iria sujeitar a ata a votação com a reposição das observações feitas pelo Senhor Deputado relativamente à reposição dos nomes de quem votou contra e de quem votou a favor, sublinhando que tinha acabado de dizer isso mesmo.-----

----- De seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção: -----

----- “Independentemente de ser uma questão de português ou de não português, a bom rigor não é. E até da qualidade da informação que é prestada e que vai lá para fora, nós temos que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perceber se igualmente esta, eu aceito efetivamente até a explicação que foi dada pelo Deputado Luís Santos. Agora, nós temos que perceber como é que vai ficar na ata. Uma coisa é haver uma lista que é subscrita pelo um grupo municipal, nós depois não percebemos não é? O sujeito em termos depois do ato, do objeto. Uma coisa é subscrita em nome de um grupo municipal e outra coisa é subscrita pela maioria.-----

----- Portanto, isto tem que ficar claro na ata e, pelos vistos, na intervenção antes das votações foi claro por parte da mesa, da mesa não do grupo do MIAP, que havia um acordo relativamente às propostas que iam apresentar. E eu fico sem perceber, com estas correções, com a informação que aqui está presente, relativamente subscrita pelo grupo municipal ou pelo deputado, é que são duas coisas completamente distintas.”-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que declarou: -----

----- “Senhor Presidente, uma vez que parece consensual que a ata tem de facto algumas imprecisões, e são muitas ao longo destas várias páginas, eu propunha, não sei se é aquilo que ali vai, mas eu propunha adiar esta votação. Tínhamos acesso à ata completamente corrigida e depois votávamos de forma simples numa próxima Assembleia. Obrigado.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer ao plenário ter em seu poder uma proposta subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, na qualidade de líder do Grupo Municipal do MIAP, para que a ata número trezentos e quatro fosse revista e voltasse a análise na sessão seguinte da Assembleia. -----

----- Perante a apresentação daquela proposta formal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a mesma à votação. Decorrida a votação, anunciou que a proposta apresentada para que a ata número trezentos e quatro regressasse à próxima sessão para análise e votação tinha sido aprovada por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, por não estar presente, com a ausência na sala o Senhor Deputado Carlos Gonçalves, do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- Assim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a ata número trezentos e quatro iria ser revista e voltaria para reapreciação e votação na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Apresentou de seguida o ponto três do período de antes da ordem do dia, “*Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA*”.-----

----- A iniciar aquele período, concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Castro, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a sua intervenção: -----

----- “Eu queria questionar a Senhora Presidente pelo seguinte: O anterior executivo, dos vários investimentos que efetuou, ressalta aqui na praça da juventude o café, o parque de estacionamento. Eu gostava de perguntar à Senhora Presidente qual é o futuro destas instalações, uma vez que há mais de um ano que foram inaugurados, houve um concurso público parece que foi atribuído a exploração a uma entidade e até hoje não verificámos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

qualquer atuação, não vemos nada a funcionar. Gostava de saber se havia algum impedimento legal que impedisse o funcionamento, principalmente, destes dois edifícios.”-----

----- No seguimento da intervenção da Senhora Deputada Graciete Castro, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Antes de mais congratulo-me termos aqui hoje uma Assembleia tão participada. Depois destes dias passados, natalícios, espero que todos tenham passado da melhor forma e no rescaldo das festas todos com a melhor disposição e, portanto, desta longa agenda de trabalhos que ainda temos pela frente, resulte uma boa discussão e esclarecimento dos vários pontos que temos aqui presentes. -----

----- Relativamente à questão que a Senhora Deputada colocou não há qualquer impedimento legal que inviabilize a entrada em funcionamento de ambas as instalações. Relativamente ao parque de estacionamento, quero dizer que nós tínhamos o parque de estacionamento com uma entrada e uma saída através daquele edifício que está ali instalado e, portanto, entendemos que para já não será viável termos desde logo a entrada e a saída por aquele edifício. Portanto, uma das coisas que vamos fazer de imediato, e também por aconselhamento da própria entidade que aprova o projeto de segurança, portanto, iremos ainda fazer uma entrada direta ao parque de estacionamento para os peões. Essa entrada será iniciada logo no início do ano, portanto, não foi feita agora porque os dias do mês de dezembro também eram mais reduzidos e, não iríamos entrar em obras que irão causar algum transtorno, o qual tentaremos reduzir ao mínimo. -----

----- Relativamente ao café Domus, foi adjudicado através de uma hasta pública e portanto está entregue. Para concretização do contrato, faltaria apenas um esclarecimento relativamente aos estatutos da própria entidade a quem foi adjudicado a qual estava vocacionada para a formação profissional. Os estatutos não abriam o seu objecto à exploração comercial, por isso teria que ser feita uma correção aos estatutos, a mesma será feita através de uma Assembleia Geral que ocorrerá nos primeiros quinze dias do mês de janeiro. Posto isso estarão em condições de fazer a contratualização. Quero dizer que relativamente ao café Domus, houve também que fazer, algumas correções mesmo por parte da empreitada que estava em curso por algumas deficiências de execução, que são normais no período entre a receção provisória e a receção definitiva, temos por dever alertar o empreiteiro de qualquer coisa que esteja menos bem, desde o chão que foi envernizado, mais uma tinta que estava a sair da parede, o próprio empreiteiro fez essas correções. Entidade adjudicante contratou um arquiteto que trabalhasse na própria decoração do espaço e também na aquisição dos próprios pratos, dos atalhados, etc., que vem dar um ar mais acolhedor ao próprio espaço. -----

----- Posto isso, estamos em querer que no final do mês de janeiro, o mais tardar princípios de fevereiro, quer um quer outro poderão estar em funcionamento.-----

----- O parque de estacionamento teve um regulamento, teve valores aprovados que passaram pela Câmara, está tudo pronto a funcionar, todo o equipamento, a máquina dos tickets para



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pagar também está tudo em condições de funcionamento. Aproveitamos também este período para proceder à dita entrada e saída dos peões sem ser através do próprio edifício que foi ali construído. É tudo o que me cumpre informar sobre este ponto. Muito obrigada.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, que depois de cumprimentar os presentes formalizou a sua intervenção: -----

----- “A minha intervenção visa focar um assunto muito falado aqui, sendo que é uma preocupação de todos e por isso gostaria de apresentar à Senhora Presidente de Câmara, que tomou posse há poucos dias, portanto, está a começar a gerir os destinos de Anadia há pouco tempo, mas provavelmente já nos poderá dizer alguma coisa, o famigerado, e ponho entre aspas, “PDM”, em que ponto se encontra o PDM? Quando é que ele estará efetivamente aprovado para organização administrativa de Anadia? Obrigada.”-----

----- Ouvida a questão colocada pelo Senhor Deputado Dino Rasga, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

----- “Relativamente ao PDM, já no anterior executivo foi aqui dito, que já estava pronto e já tinha sido submetido à comissão técnica de acompanhamento, que já deu o parecer final sobre o PDM e salvo algumas recomendações ou sugestões de alguns pontos que estão neste momento a ser feitos, poderíamos inclusivamente até coloca-lo à discussão pública. Entendemos que não seria correto, dado que estamos a trabalhar nalgumas, pequenas, correções e sugestões que foram apresentadas no âmbito da comissão técnica de acompanhamento que, como disse, deu o seu parecer final. -----

----- No âmbito dessa comissão já nada mais há a fazer porque está encerrado esse processo, tirando uma ou outra entidade que sugeriu, ou por uma questão de legenda ou por uma questão do próprio regulamento, fazer alguns ajustamentos, será submetido a estas, apenas para apreciar as referidas recomendações. -----

----- Posto isto, queremos que durante o próximo semestre, não sei se conseguiremos até no primeiro trimestre, conseguir colocar o PDM em inquérito público que era isso que seria o nosso desejo, obviamente. Como disse, poderíamos fazê-lo nesta fase, mas entendemos não o fazer, pese embora que no âmbito do inquérito público possa haver algumas sugestões ou recomendações que *a posteriori* possam também ter que ser ajustadas, entendemos por bem, portanto, quando colocarmos ao inquérito público já esteja o mais correto possível.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- “As minhas questões são muito simples. Eu intervenho ao abrigo da alínea d) do artigo trinta e quatro. A primeira questão que surgiu até em conversa com o Senhor Carlos Santiago, candidato do PS à União das Freguesias de Arcos e Mogofores, tem a ver com o seguinte: sendo a ligação à autoestrada por Grada, a principal ligação que Anadia tem, eu gostaria de saber se a Câmara tem conversas com a Câmara da Mealhada para alargar a estrada e para melhorar esse



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

acesso? Porque esse acesso atravessa o interior de alguns lugares do nosso concelho. Depois, tinha também a intenção, de colocar a questão de saber se a Câmara tem a intenção no próximo ano de fazer alguma intervenção de fundo de carácter urbanístico na localidade da Póvoa do Pereiro? -----

----- Por último, tendo em conta que, na altura a Senhora não era Presidente, era Vereadora, fazia portanto parte do executivo, foi o ano passado ou este ano ainda, a Câmara anunciou que tinha um financiamento muito elevado para a requalificação de escolas, surgiu uma dúvida em relação a Mogofores que tem uma escola antiga, onde não existem alunos, que eu saiba, e uma escola nova. Esse financiamento é destinado à escola antiga ou à escola nova? Era tudo."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

-----"Relativamente ao alargamento da estrada de Grada, a maior extensão se calhar até diz respeito ao concelho da Mealhada. Mas não, não existe qualquer conversa, neste momento, entre o Município de Anadia e o Município da Mealhada sobre o alargamento desta estrada. Ainda não há muito tempo que inclusivamente fizemos alguma correção neste troço, posteriormente a Mealhada também fez algumas intervenções, mas neste momento não, e também não é no momento a nossa intervenção prioritária, pese embora seja uma alternativa em termos de trânsito na entrada em Anadia. Não é nossa, não consideramos que seja uma entrada principal, e portanto, neste momento, não existe qualquer conversação nem será uma prioridade desde já. -----

----- Perguntou-me sobre qualquer intervenção urbanística no lugar da Póvoa do Pereiro. Se bem leu o próximo orçamento, portanto, e no próprio ponto a seguir, mais à frente conforme irá ser discutido, existe lá uma rubrica para intervenção urbanística em várias freguesias. Neste momento estar-lhe a dizer claramente que será na Póvoa do Pereiro ou será em Vilarinho do Bairro, não existe claramente qualquer projeto para a Póvoa do Pereiro. Mas isto também resultará de uma conversa que teremos que ter com todos os Presidentes de Junta, aos quais eu já lhes manifestei a minha disponibilidade de visitar as suas próprias Juntas de Freguesia e com eles avaliar as suas prioridades, as suas intervenções, e se tal se mostrar pertinente e se houver dinheiro, porque essas rubricas também existem no nosso orçamento tendo em conta que haverá uma possibilidade de financiamento através dos quadros comunitários, logicamente avaliaremos das prioridades, como é óbvio, seja na Póvoa do Pereiro, ou seja na freguesia de Amoreira da Gândara ou da União de Freguesias Amoreira da Gândara, Ancas e Paredes, ou seja em Sangalhos, ou noutra qualquer freguesia. -----

----- Relativamente ao financiamento das escolas, o empréstimo que foi aprovado por esta Assembleia diz respeito à intervenção em várias escolas e, claramente, em relação a Mogofores diz respeito à escola nova junto à IPSS que lá está. Portanto, não diz respeito ao edifício mais antigo, onde funciona neste momento a Junta de Freguesia e também a própria ADABEM."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a sua intervenção: --



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- "Neste ponto tenho alguns pontos para focar. Começaria, e enquanto representante de Sangalhos, focava aqui dois pontos sobre a freguesia de Sangalhos que tem a ver com a pista de BMX. A pista de BMX foi em pleno percurso de campanha eleitoral inaugurada a primeira pedra em início de setembro. Ouvia-se falar correntemente que era uma obra rapidíssima de ser concluída, sessenta dias diria, o contrato fala em cento e vinte dias, que por acaso termina agora no final de dezembro. Portanto, a minha pergunta vai neste sentido. A obra neste momento está parada. Creio que o financiamento destinar-se-ia, numa fase inicial, à primeira fase, e portanto está como vamos ver mais à frente no orçamento verba prevista para a segunda fase. Portanto a minha dúvida é esta: vai haver dilatação do prazo? Por que é que a obra está parada? Se se deve a algum contexto técnico de impossibilidade da obra ter corrido dentro do seu *timing* legal? -----

----- Digo isto também porque a Federação Portuguesa de Ciclismo já conta com a pista no seu calendário de dois mil e catorze, com um ou dois eventos para ali realizar, como as coisas vão já em passo acelerado interessa neste momento, até porque é um projeto também embrionário em Sangalhos em paralelo com o Velódromo Nacional com o qual nós sabemos que é uma estrutura magnífica, é um ícone nacional e na Europa. Aqui a pista de BMX também se enquadra neste desígnio. São obras extremamente válidas e interessa nesta altura saber como é que elas se vão sustentabilizar para o futuro, se tem regulamentos, como é que vão ser utilizadas, como é que não vão, quem é que paga o quê, porque não podemos ter outra obra em Sangalhos e o concelho de Anadia com receitas tão parcas, como é o caso do Velódromo Nacional com, nesta altura do campeonato, uma obra que não tem paralelo a nível nacional e na Europa, como disse, com uma previsão de oitenta mil euros de receita. Portanto, custa-me acreditar que também para a pista de BMX tenhamos uma obra daquele calibre para depois realizar uma receita muito, muito básica. -----

----- Relativamente à estação de tratamento de Sangalhos, a obra creio que já devia estar em pleno funcionamento, não está. Agora há uns dias atrás o empreiteiro pediu uma dilatação do prazo de noventa dias, portanto nesta altura, urge saber em que ponto é que está esta obra, quando é que ela vai entrar em funcionamento e, como consequência, quando é que são encerrados de vez a estação de tratamentos de Arcos e Mogofores? -----

----- Queria também dar nota que no dia dezasseis de dezembro tomei posse na Comunidade Intermunicipal de Aveiro, dando nota também que notei a falta da Senhora Presidente, embora bem representada pelo Senhor Vice-presidente, um compatriota de Sangalhos. E notei falta também porque é a única Senhora presente naquele conselho intermunicipal. Certamente que há algum motivo válido para essa ausência, mas portanto, dar esta nota de que eu especialmente notei a sua falta. -----

----- Da CIRA gostaria de dois apontamentos. Um projeto de apoio ao associativismo que não ouço falar aqui em Anadia, não está presente em nenhum documento de Anadia, não está presente no *site* da Autarquia que é o programa PAPERÁ. É um programa associativo tem uma dotação orçamental que não é luxuosa, é curta, mas que devia ser amplamente divulgada em



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termos de associativismo, porque ela pode de alguma maneira servir para alavancar determinado tipo de função que tem o nosso associativismo com uma expressão muito grande a nível do concelho.-----

----- A nível da CIRA, também, e porque aprovámos o relatório, dar aqui uma nota muito, muito, muito forte, porque não ouvi mais falar neste projeto, além de dois mil e onze que foi quando o projeto foi aprovado por unanimidade nesta Câmara, no anterior executivo, e chegou mesmo a ir para concurso público, que era um projeto que foi candidatado à CIRA no âmbito do RCI que tem a ver com o Anadia Fórum Intergeracional. Portanto é um projeto que se destinava a requalificar ali o Centro Cultural para transformar aquele espaço com dotações que, eventualmente, muito iriam prestigiar Anadia, tinha uma dotação orçamental à volta dos duzentos e cinquenta mil euros, com uma comparticipação de oitenta e cinco por cento. Estranhei que nesta altura na CIRA, e em sede de relatório, seja parca a informação sobre se este projeto foi ou não, se não foi, em que pé é que está, se não foi para a frente por falta de comparticipação financeira ou o que é que se passou aqui neste caminho.-----

----- Por último, dar-lhe uma nota muito positiva por novamente Sangalhos ter sido destacado agora nesta época natalícia com um evento desportivo na qual Anadia teve presença, que foi um campeonato de voleibol com a participação da Federação Portuguesa de Voleibol e que distinguiu uma instituição de Sangalhos, da Misericórdia de Sangalhos, mais propriamente o CAT. Acho que é bom a Câmara lembrar-se de Sangalhos, é bom lembrar-se também das outras freguesias, mas especialmente, e porque represento aqui Sangalhos, lembrar-se de Sangalhos e lembrar-se dessa instituição da Santa Casa da Misericórdia que é sempre uma instituição válida, não só nesta altura do Natal mas também ao longo do ano, e por aqui ficava. Muito obrigado.”-----

----- Para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu: -----

----- “Bom, Senhor Deputado, ilustre sangalhense. O Senhor colocou tantas questões que eu vou ver se consigo responder a todas. É grande defensor de Sangalhos, já percebi que sim e nomeadamente das infraestruturas desportivas que lá estão construídas. Representante de Sangalhos, pronto estão-me aqui a dizer. -----

----- Relativamente à pista de BMX quero-lhe dizer que a obra não está parada. O que foi adjudicado, há uns tempos atrás, foi uma primeira fase que dizia respeito a uma estrutura que serviria de apoio ao próprio equipamento de arranque das pistas, ou seja, onde as próprias pistas, o equipamento seria apoiado, e portanto, aquela estrutura que foi ali construída servirá de apoio a esses equipamentos. Portanto a primeira fase que foi adjudicada está concluída. -----

----- Faltarão obviamente a toda a parte de modelação do terreno, faltarão ainda adquirir o equipamento, portanto, estamos aqui a falar em várias coisas que ainda faltam e de algum investimento ainda significativo. Perguntar-me-á se o que está no orçamento chega, vamos ver, portanto, estamos a ver até inclusivamente de que forma vamos avançar. Nós ainda no anterior



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

executivo colocámos a pista de BMX no seu todo a concurso e foram, penso eu, três concursos públicos que foram abertos e portanto na altura não se conseguiu adjudicar porque de facto trata-se de um equipamento muito específico e com alguma dificuldade por parte dos empreiteiros em dar uma resposta e valores em concreto para aquele tipo de equipamento, uma vez que não existe em Portugal e tem que ser importado e apenas uma ou duas empresas na Europa o produzem. Mas pronto, quero dizer que com estes dois meses, portanto, também não conseguimos avançar muito mais e, portanto, temos que ponderar de que forma vamos avançar se no equipamento, se na modelação do terreno, ou se ambas em simultâneo, face às verbas que nós tivermos possibilidade de gastar. -----

----- Relativamente à Federação de Ciclismo é um dos nossos parceiros obviamente e, portanto, um dos principais interessados em que a pista de BMX funcione. Neste momento tem apenas como apoio uma pequena pista de BMX que é em Estarreja, portanto, qualquer evento que não seja realizado aqui no próximo ano, terá o seu apoio na pista de BMX em Estarreja, o que em nada se compara à pista que nós pretendemos construir aqui em Sangalhos, que é uma pista, ou melhor, duas pistas, e trata-se de uma pista olímpica, única a nível europeu. -----

----- Perguntou-me regulamentos, quem paga, o quê. Bom, é assim. Efetivamente o próprio Velódromo quem o pagou foi a Câmara Municipal e a pista de BMX quem está a pagar é a Câmara Municipal. O Velódromo foi financiado, obviamente mais tarde, pelo POVT, uma parte, e a outra parte o próprio Governo, a Administração Central entendeu, e nesse aspeto colaborou no sentido de ao longo do tempo serem ainda, foram sendo ajustadas as percentagens de forma a que minimizasse a percentagem que caberia ao próprio Governo pagar à Câmara e de certa maneira também reduzir o nosso próprio investimento em termos de obra. -----

----- Isto foi o que se passou relativamente ao Velódromo, com o compromisso que, e ainda no encerramento da própria candidatura, teria que haver uma comissão de gestão do próprio empreendimento que de um governo para o outro houve esse compromisso, de criarem um modelo de gestão do qual nós necessitávamos efetivamente de uma resposta em concreto porque sobre isso dependia o encerramento da própria candidatura. Certo é que aquilo que percebemos finalmente, se havia lugar para haver uma fundação que fosse fazer a gestão de todos os centros de alto rendimento, aquilo que se verifica e que tivemos notícia há bem poucos dias por uma reunião, quer com o Senhor Secretário de Estado e depois mais tarde com o próprio Presidente da Fundação do Desporto, que essa federação vai existir para superentender digamos os centros de alto rendimento, mas não para financiar os centros de alto rendimento. –

----- Portanto aquilo que claramente nos foi dito, é que as próprias federações poderão ter contratos de desenvolvimento desportivo com o Estado como tinham até agora financiados pelo IDP e outros recursos teriam que ser conseguidos através dos fundos comunitários que não se sabe quando é que eles virão. De igual modo, a fundação de desporto para ter algum dinheiro para alguns eventos a outro nível terá que recorrer a fundos comunitários, ou seja, a própria fundação de desporto não tem dinheiro, o próprio IPDJ também dinheiro não tem, antes pelo contrário, a dívida é bastante elevada e a nós ainda nos cabe um montante razoável que nos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

devem relativamente à comparticipação do Velódromo. -----

----- Aquilo que nos foi comunicado agora é que no fundo a Câmara é que tem que criar o seu modelo de gestão e a sua própria comissão de gestão local, e portanto a partir de agora, com autonomia de certa forma, teremos que estabelecer um novo regulamento de utilização, refazer os próprios preços que são praticados no Velódromo e articulados, obviamente, com as nossas federações residentes e daí perceber como é que efetivamente se irá fazer a gestão e quais as receitas que poderemos, no fundo, que possam entrar nos cofres da própria autarquia. -----

----- Sobre a ETAR de Sangalhos a obra está praticamente concluída, foi pedida efetivamente uma prorrogação do prazo, algum equipamento não está lá instalado por uma questão de precaução porque para além do posto de transformação é preciso construir a linha de média tensão e a linha de média tensão depende efetivamente da aprovação da EDP e que autorize a própria execução da mesma. -----

----- Já foram há dias, adjudicados pela Câmara esses trabalhos da execução da linha de média tensão que depois possam alimentar o respetivo posto de transformação e daí possa vir entrar em pleno funcionamento. Um dos nossos receios, e isto já aconteceu noutros locais, é que se não houver energia suficiente e os próprios equipamentos não estejam salvaguardados, não estejam montados os próprios sistemas de alarme em pouco tempo teremos visitas por alguém de fora. Portanto, o próprio equipamento poderá desaparecer antes da própria entrada em funcionamento. Portanto, em bom entendimento, esperamos que dentro de poucos dias esta própria alimentação ao posto de transformação seja feita e, portanto, a obra possa estar concluída e será concluída quando o empreiteiro também fizer os respetivos ensaios do equipamento. Portanto, só assim é que a obra será rececionada. Portanto, tem que estar tudo em pleno funcionamento. -----

----- Agradeço-lhe por ter notado a minha falta na Assembleia Intermunicipal da CIRA, é porque a minha presença lhe agrada com certeza. Fico satisfeita com isso. Notou-se a minha falta! Mas quero-lhe dizer que na Assembleia Intermunicipal não é de todo necessário que todos os Presidentes de Câmara estejam presentes, e por tal, e porque nesse dia tinha outro compromisso, é evidente que pedi ao Senhor Vice-presidente para me representar, portanto isto na vossa tomada de posse. -----

----- Relativamente à CIRA e ao associativismo o programa PAPERÁ, neste momento não tem candidaturas abertas, em dois mil e treze ou dois mil e doze portanto houveram associações do nosso concelho que tiveram acesso ao mesmo. Neste momento o PAPERÁ está encerrado, não sabemos se ainda vai conseguir abrir com recurso ainda a alguns fundos comunitários dentro ainda deste próprio quadro comunitário. Portanto, poderá ainda vir a abrir para dois mil e catorze, uma vez que o programa dos fundos comunitários deveria terminar no final de dois mil e treze, mas face aos atrasos inúmeros que têm acontecido relativamente às verbas que não têm sido utilizadas poderá haver recurso a esses, a esses programas. -----

----- Tal como referiu o RCI e na nossa candidatura que tínhamos relativamente ao Fórum Intergeracional, quero-lhe dizer que relativamente ao RCI não foi aprovada qualquer obra



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

relativamente a este programa. Portanto, não foi só no Município de Anadia, foi em todos os municípios e neste momento está a ser feita uma avaliação, até porque existem alguns investimentos elevados por parte de outros municípios, que neste momento também não estão disponíveis para avançar, uma vez que não está garantida a própria participação no âmbito deste programa. Daí que no próprio relatório não tenha tido todo esse esclarecimento. -----

----- Na questão do que referiu sobre ser distinguida uma instituição de Sangalhos, a Câmara Municipal fez o acompanhamento do Clube de Voleibol de Aveiro, que no fundo fez o torneio no nosso Município, mas claramente, e embora com grande satisfação nossa, portanto o Clube de Voleibol ter distinguido uma nossa instituição. Mas foi de facto opção do Clube de Voleibol de Aveiro que em muito ficou sensibilizado pela própria instituição e teve a oportunidade de conversar com algumas crianças e portanto foi de todo vontade deles, a opção deles para atribuir os géneros que vieram e não foi só pelo Clube de Voleibol de Aveiro, mas por todas as outras equipas que estiveram presentes, nomeadamente, Guimarães, que foi bastante colaborativa. E, portanto, foi uma situação que resultou bem e foi de grande sucesso e portanto grande reconhecimento por esta iniciativa. É tudo."-----

----- Após a resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Sara Reis, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção: -----

----- "Eu retomo a questão da educação e gostaria de fazer uma interpelação à Senhora Presidente relativamente à situação da escola ou do edifício da EB um de Ancas. É facto que o edifício está encerrado desde dois mil e oito, desde essa altura as aulas são dadas numa sala do edifício da Junta de Freguesia. Neste momento estão cinco crianças inscritas, dessas cinco, três estão no quarto ano, portanto vão sair. Também a professora já anunciou que no próximo ano letivo vai encerrar a escola. Portanto gostaríamos que a Senhora Presidente nos dissesse qual era o objetivo de um investimento de cerca de cento e noventa e seis mil e cem euros na EB um de Ancas. Muito obrigada."-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

----- "Relativamente à escola primária de Ancas e se efetivamente viermos a obter o visto do Tribunal de Contas que ainda falta relativamente a esse empréstimo que foi aprovado por esta Assembleia Municipal, o investimento será feito na escola primária de Ancas, quanto mais não seja para recuperar aquele património do qual a Presidente da Junta, neste caso a União de Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes e Ancas, pode dar-lhe o uso que bem entender porque tem bons espaços e portanto Ancas também merece ter obviamente espaços que possa dinamizar e quanto mais não seja dar formação que também é importante."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra:-----

----- "Senhora Presidente. Vou falar da Escola Secundária de Anadia porque nunca é suficiente



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falar deste tema enquanto persistir esta situação. O Partido Socialista foi a primeira força política a alertar para esta situação. Sabemos também que existe uma intenção de finalmente reiniciar as obras da nova escola a curto prazo. Este governo PSD que mandou parar todas as obras sem qualquer critério, alegadamente, e sublinho aqui o alegadamente, vai reiniciá-las pelo menos em Anadia. Esperamos que não adie este reinício para o ano de eleições dois mil e quinze, e que ocorra já em dois mil e catorze. Mas também ouvimos agora recentemente da comunicação social mais um episódio bizarro desta novela, chamemos-lhe assim, que as autoridades tinham intenção de entregar parte dos equipamentos da futura nova escola, a que está parada. Portanto gostaríamos de saber se se confirma esta notícia e qual a posição da Câmara sobre isto? Obrigado.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, para responder à questão colocada, que declarou: -----

----- “Relativamente à Escola Secundária de Anadia eu quero-vos dizer que o primeiro ofício que eu enviei para o Ministério da Educação foi no dia vinte e um de outubro, em que solicitei ao Senhor Ministro da Educação uma reunião precisamente para com ele podermos articular algumas questões em matéria de educação e das quais uma delas era a questão da escola Secundária e era a questão dos próprios terrenos que estão envolvidos na construção, e não só, e que ainda não foi resolvido com o Município de Anadia. Cerca de três semanas depois o Senhor Ministro da Educação voltou a enviar um mail a perguntar quais as questões a abordar. Novamente esse mail foi com toda a ordem de trabalhos dessa suposta reunião que deveria acontecer e já mais recentemente foi um novo ofício, há coisa de quinze dias, no fundo a reiterar o meu pedido.-----

----- Sobre o Ministério da Educação, quero dizer que não tenho qualquer resposta da parte do Senhor Ministro da Educação, nem do Senhor Secretário de Estado, que também se comprometeu a vir a este Município para a entrega dos diplomas e portanto inclusivamente acordámos uma prévia sessão de trabalho o que tal não veio a acontecer, supostamente porque nesse dia aconteceram outras greves em resultado dos exames dos professores.-----

----- Quero dizer que neste momento não estou assim tão otimista que as obras irão recomeçar, dentro de poucos dias, isto porque falando com a Parque Escolar, que garantiu que neste momento está a ser efetuada a fiscalização da obra, ou melhor, está a ser adjudicada a fiscalização da obra, e que não tendo eles aceite a cedência de posição contratual, ou a rescisão por parte do empreiteiro, necessariamente a obra teria que começar no final do primeiro trimestre do próximo ano. Portanto, garantidamente, dizia a Parque Escolar, que a obra no final do primeiro trimestre iria recomeçar. -----

----- Daquilo que eu sei da parte do empreiteiro, a posição dele não será essa, portanto claramente o que ele diz, não vou recomeçar nestas condições porque a Parque Escolar e o próprio Ministério de Educação não acertou connosco quaisquer outros pormenores, nem quaisquer outras mais-valias que nós entendemos ter direito. Nós, quero dizer empreiteiro! -----

----- Obviamente que a obra está parada já há algum tempo e portanto o próprio empreiteiro,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no fundo, reclama para ele uma indemnização. E também entendi eu que poderia haver algum acerto se houvesse bom senso entre as partes, de até reduzir alguns custos de obra, uma vez que há ali gastos que poderão ser considerados desnecessários.-----

----- Por estas razões, eu entendo efetivamente que não me parece neste momento existir condições para daqui a dois ou três meses as coisas estarem em condições de se, de recomeçarem, sendo certo que o próprio Ministério da Educação reconhece que a obra deve recomeçar urgentemente, não só por aquilo que sabemos das fracas condições que existem atualmente na Escola Secundária, mas porque também os próprios fundos comunitários que supostamente estarão garantidos para esta obra, ainda dentro do QREN, caso haja qualquer retrocesso no processo implica ter que começar tudo de novo o que seria grave e prejudicial para Anadia. -----

----- Relativamente aos equipamentos, quero dizer que para além de alguns computadores que supostamente já terão chegado à Escola Secundária, há dias fomos abordados para a Câmara Municipal de Anadia rececionar mobiliário. Obviamente que lhe foi dito que nós não vamos rececionar mobiliário para a Escola Secundária de Anadia, uma vez que nem sequer dispomos de espaço. Mas também não iríamos assumir qualquer compromisso, nem assinar qualquer guia de remessa de um equipamento que à Câmara não diz respeito, mas que obviamente no futuro poderia comprometer seriamente o Município de Anadia, sob pena de ainda termos os terrenos pagos com mobiliário caso alguém não viesse a pagar. Posto isso, portanto, a nossa recusa total perante este processo e que foi também comunicada à DREC, que entendeu por bem a nossa decisão.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou a intervenção: -----

----- “Em primeiro, duas questões que podem ser três, mas relativamente simples se calhar de resposta. Uma delas tem a ver com a utilização deste edifício, que já foi levantada a questão e a Senhora Presidente referiu, quando foi levantada essa questão, que aquilo, que a parte do estacionamento estava toda pronta para ser utilizada era só fazer o percurso. Mas se lá for, e está aqui mesmo ao lado, vai reparar que todos aqueles pinos que marcam o acesso pedonal ao estacionamento estão arrancados porque nunca foram presos ao pavimento. Eles foram colados com cimento cola e, portanto, os miúdos a brincar já os arrancaram quase todos, estão todos lá ao fundo. -----

----- Por outro lado os sensores de abertura do portão estão pendurados. Sorte que a corrente que aquilo tem é fraquíssima porque senão qualquer miúdo, como eles estão a vinte centímetros do chão, qualquer miúdo chega ali e arranca o sensor e isto, por acaso, vi isto outro dia, estavam ali os miúdos a brincar e eu fui lá com o meu miúdo e reparei que aquilo está mesmo num estado caótico aqui ao lado e o próprio sistema de entrada, de controlo de entrada, já está queimado com cigarros. -----

----- O que quer dizer que se calhar temos que ter ali algum cuidado sob pena do empreiteiro



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

depois não vir a substituir equipamento porque a culpa não é dele. Nos pinos será, depois no resto não é.-----

----- Por outro lado, a obra já passou um ano depois da sua conclusão ou da receção, suponho eu. Como todos sabemos nos equipamentos, a garantia é só de dois anos. Se nós deixamos o equipamento parado mais um ano, quando quisermos pôr o equipamento a funcionar já não temos garantia nenhuma de equipamento. Portanto, ou há uma atribuição daqueles espaços, ou então ele tem de funcionar para ver se há deficiências de equipamento ou não, sob pena de depois termos que pagar um novo equipamento se aquele não funcionar. O empreiteiro depois ao fim de dois anos não tem qualquer responsabilidade como sabemos todos. -----

----- Por outro lado uma questão que por acaso é uma questão de imagem visual do centro de Anadia. Aquele sistema e bem instalado de contentores que está ali na Praça Visconde Seabra, logo no início a primeira vez que tiveram de o movimentar empenaram logo aquilo tudo e nunca foi reparado e isto ainda vem da Câmara anterior. Quase todos os mecanismos de abertura para deposição estão todos torcidos, e portanto, um miúdo pode-se ali aleijar porque é preciso fazer muita força para os abrir e mesmo um adulto. -----

----- Por outro lado, acho que a procura é superior à retirada dos materiais e o que acontece é que ao fim de semana temos ali normalmente uma vergonha que depois quando há vento espalha-se aqui pela praça. Anadia já tem pouca gente ao Domingo, ou quase nenhuma, se olharmos para aqueles contentores ali com aquele lixo todo amontoado a imagem é mesmo degradante. Estamos no centro junto à Câmara parecia-me que devíamos ter mais cuidado com aquele equipamento. Muito obrigado.”-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

----- “Relativamente ao equipamento que está instalado no parque de estacionamento ele não foi adquirido através da empreitada, e portanto, foi a Câmara Municipal que o adquiriu diretamente à empresa, portanto a garantia não conta a partir do período da empreitada, mas através da aquisição que foi feita.-----

----- Relativamente aos ditos pinos que foram colados, efetivamente, com a garantia da própria empresa que os forneceu que seria garantido esse trabalho, tal já se verificou que não é de todo. Mas no restante, quero-lhe dizer que o equipamento está todo testado e, portanto, só ainda não fizemos o restante porque será feito quase ou praticamente na véspera em que ele entra em funcionamento, sob pena de até lá ainda podermos ter mais vandalismo. -----

----- Relativamente aos contentores instalados, temos de reconhecer alguma dificuldade e foi mais até de início, não pelos nossos carros, mas até pela própria ERSUC, cujos sistemas que têm adaptados aos seus carros não eram de todo ajustados. Eu não consigo perceber como é que estas empresas, realmente, que até já fazem essas recolhas e portanto trabalham na reciclagem, já os próprios equipamentos deviam estar adaptados a todos os sistemas e portanto começaram logo por empenar algumas, algumas tampas, no fundo, desses contentores. -----

----- Também é verdade que temos que fazer um esforço no sentido de educar as pessoas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque muitas vezes nem se dão ao trabalho de abrir as próprias caixas para colocar lá dentro o lixo, mas isto acontece e, nomeadamente, a maior parte do lixo que veem na Praça Visconde Seabra muitas vezes são os próprios caixotes das lojas que estão por ali. Portanto, quando recebem a mercadoria, pronto, aproveitam e colocam logo os caixotes logo ali ao lado dos contentores o que também não era de bom-tom, mas isso é uma situação que também temos que ajudar a educar. É um esforço que temos que fazer e tentar que as coisas melhorem. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que intervindo disse: -----

----- "Por deformação de profissão queria perguntar à Senhora Engenheira se tem alguma informação adicional ao que é público sobre o Tribunal de Anadia? Nós temos feito, particularmente o PSD, intervenções junto do poder e também nos têm chegado, enfim, informações de que outras Câmaras já terão alguma informação ou que haverá contactos. Gostaria de saber se a Senhora Presidente foi contactada? Se há alguma informação adicional que nos possa dar porque eu como sou ligado ao direito é uma situação que me preocupa muitíssimo."-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que em resposta à interpelação do Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, declarou: -----

----- "Infelizmente, pese embora também já o tivesse requerido, não tenho informação direta da parte do Ministério sobre o Tribunal de Anadia, portanto, para já mantem-se aquilo que, da última versão e portanto os serviços, ou aquilo que estava previsto nas valências do nosso Tribunal. Portanto é aquilo que para já que se mantem portanto nada mais tenho a acrescentar sobre o mesmo."-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- "Senhor Presidente, com a sua permissão gostava só de completar a minha intervenção porque não fui preciso e parece que alarguei demasiado a minha representatividade e não é nessa qualidade que aqui estou. Portanto, se ficou essa dúvida, eu começaria por dizer, neste ponto, que estaria aqui a representar Sangalhos não na Assembleia, como é óbvio, tenho aqui outros ilustres sangalhenses que representam tão bem ou melhor que eu.-----

----- Represento Sangalhos na bancada do PSD, fui eleito nas listas do PSD da concelhia de Anadia e também com muitos votos de Sangalhos. Acredito muito em Sangalhos por isso é que represento e gosto de representar Sangalhos sempre que me é permitido, acredito muito no concelho de Anadia, por isso, é que subscrevi e subscrevo o projeto do PSD para o futuro de Anadia e acredito também no país, por isso, é que não emigrei ainda e duvido que o faça.-----

----- E portanto, para esclarecer também, no fundo, que esta minha emoção nesta primeira, minha primeira intervenção tem esta tónica de defender aquilo que me é próximo e certamente não faltaram oportunidades para defender aquilo que é bem comum concelhio, regional e supranacional. Obrigado."-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que referiu: -----

----- "Eu queria fazer uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara, se fosse possível. É por que é que em todas as escolas que vão ser requalificadas no concelho de Anadia, por que é que a escola de Avelãs de Caminho não foi contemplada? Uma vez que chove, as pinturas estão todas degradadas, gostava que me dessem essa informação, uma vez que foi a única que não está contemplada. Obrigado. A Junta de Freguesia informou por várias vezes, por ofício, a Câmara Municipal do estado de degradação da escola, só que até agora não foi contemplada e penso que não continua, não sei porquê. E é uma escola que continua a lecionar ainda este ano, penso eu. Obrigado."-----

----- Atenta a questão colocada pelo Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu: -----

----- "Senhor Presidente de Junta. O Senhor, se bem se lembra, tem em construção o Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho, que o Senhor também aprovou, e penso que o empréstimo também aprovou, e na altura não levantou qualquer questão sobre a escola de Avelãs de Caminho."-----

----- A Escola de Avelãs de Caminho, como disse, ainda neste momento estão a lecionar, se houver alguma infiltração também não será de todo algo que não se possa reparar pontualmente. Portanto, poderá haver uma intervenção nesse sentido que não necessita obviamente de intervenções de fundo, até porque, se bem me lembro, ainda não há muitos anos que teve uma intervenção mais a pormenor. Portanto, foram opções na altura que foram tomadas e no caso de Avelãs de Caminho a primeira prioridade, obviamente, foi o Centro Escolar e, portanto, as crianças serão deslocadas para o novo Centro Escolar."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que disse: -----

----- "Senhora Presidente da Câmara, eu quero que me explique uma coisa, é que se as crianças de Avelãs de Caminho vão para o Pólo Escolar, também fica um estabelecimento ali vazio, também precisa de um pouco de requalificação, como o de Ancas, um exemplo, como há bocado se falou. E o de Ancas já não tem crianças, penso eu, mais uma razão que era mais justificável arranjar, ou dar pelo menos os poucos arranjos que é preciso no de Avelãs de Caminho, também para o prédio ficar em condições de habitabilidade. Bem, e também é um prédio que nós, que a Junta de Freguesia já pediu à Câmara Municipal para no fim de acabar a escola em Avelãs de Caminho, se a Câmara também o podia doar à Junta de Freguesia. É um património também que fica ali, que era bom que também seja um património em bom estado. Obrigado."-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que deu a resposta que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Mais uma vez, Senhor Presidente de Junta, eu lembro-me ainda no anterior executivo que o Senhor realmente, enquanto Junta de Freguesia, solicitou a cedência da escola primária à Junta de Freguesia e nunca levantou qualquer questão se o prédio estava em condições ou não de habitabilidade, e na altura aquilo que lhe foi respondido é não há lugar a qualquer protocolo, uma vez que neste momento ainda se encontram a lecionar dentro do próprio espaço. -----

----- Portanto, sobre isso acho que nada mais há a acrescentar e já lhe disse que se há infiltrações, obviamente, são reparações pontuais que devem ser feitas. Agora, compreenda o Senhor que defenda a sua escola na sua freguesia como todos os outros Presidentes de Junta aqui presentes terão, obviamente, o direito de defender também as suas próprias escolas. No caso de São Lourenço, por exemplo, tem mais do que uma escola inclusivamente na sua freguesia e todas elas infelizmente sem crianças. E, portanto, também estaria no seu direito de reivindicar a melhoria ou a requalificação de todas elas."-----

----- Sem qualquer outro pedido sinalizado para intervir no ponto três do período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu aquele período por encerrado. -

----- Deu de seguida início ao período da ordem do dia, nomeadamente ao seu ponto um, "*Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e), do n.º 1, do artigo 3.º, do RAMA*". Para introduzir o assunto, passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu: -----

----- "Relativamente a esta informação, todos os Senhores Deputados tiveram acesso ao mesmo e, portanto há uma breve descrição de alguns trabalhos realizados num curto espaço de tempo, portanto, cerca de dois meses desde a tomada de posse deste executivo até à data em que seguiu a informação para os Senhores Deputados."-----

----- Não vou estar a ler todo este documento, os Senhores tiveram acesso ao mesmo, portanto há a mera indicação de alguns trabalhos e isto apenas alguns mais relevantes tal como é mencionado. Quer os trabalhos por administração direta quer algumas obras por empreitada em curso. Depois dentro dos vários setores, na parte cultural, nomeadamente, nas infraestruturas existentes portanto na biblioteca, no museu, no cineteatro, na parte da ação social, no setor da educação, nas atividades desportivas e por último, também, anexo a essa informação, e de acordo com a lei, portanto, há a indicação do resumo das receitas e das despesas, bem como se também acresce o relatório económico da situação financeira intercalar do Município, elaborado pelos nossos auditores. -----

----- E também dá-se conhecimento da autorização prévia genérica no âmbito da lei dos compromissos, portanto que foi aprovado na Assembleia Municipal de trinta de abril de dois mil e treze. -----

----- Igualmente se remetem os processos judiciais pendentes, a relação dos processos judiciais pendentes. Sobre isto nada mais tenho a acrescentar, se houver algum dos Senhores Deputados que tenha alguma dúvida e que queira algum esclarecimento, portanto, coloco-me à



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disposição para o devido esclarecimento.”-----

----- Para uma primeira intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu o que se tenta transcrever na íntegra: ---

----- “Senhora Presidente, novamente boa tarde. Foi com algum agrado e algum cuidado que leio efetivamente este elenco de, efetivamente, de questões relacionadas com as competências e o desenvolvimento do trabalho pelo Município, mas depois fico um bocado perplexo quando tento analisar qualitativamente cada um destes indicadores, ou dos setores e atividades que desenvolvem, e as ações junto daqueles que avaliam. -----

----- Portanto, este tipo de questões, e vou só fazer pertinência, por exemplo, um documento que foi publicado no dia doze de julho deste ano quer pela Região de Aveiro, quer pela Universidade de Aveiro, que são as perspetivas de desenvolvimento e inovação regional, e falo só de quatro pontos: o enquadramento territorial, a caracterização ambiental, a análise demográfica, análise socioeconómica, exclusão social, qualificações, tecido produtivo e outras capacidades instaladas e a análise de financiamentos do programa operacional da região. E há aqui qualquer coisa que não bate certo, certo no sentido qualitativo que é há dois municípios que efetivamente nestas perspetivas de desenvolvimento e inovação regional, dentro da região de Aveiro, se encontram muito mal qualificados, um deles eu não tenho problema nenhum com eles porque eu não vivo lá, o outro já tenho alguns problemas que se chama Anadia. -----

----- Portanto, é um relatório que tem cerca de cento e sessenta e três páginas, acho eu e não vejo em que conjunto de atividades é que depois se pode corrigir esse tipo de situações. Gostava de perceber como é que através destas ações se consegue corrigir a imagem que o Município deixa depois por estas instituições, que merecem todo o respeito, a Universidade de Aveiro, técnica e cientificamente preparada para fazer este tipo de análises de desenvolvimento.

----- Outra questão que me merece o reparo é o ponto oito, portanto, da análise dos revisores dos oficiais de contas. Eles dizem os parâmetros, portanto, eles precedem e identificam perfeitamente o que é que vão avaliar no âmbito da avaliação efetuada às contas do Município, isto está especificamente no ponto cinco, mas os comentários finais que é o ponto oito, também me suscita algum perplexo, alguma perplexidade que é, com base no trabalho efetuado com o âmbito descrito no ponto quatro e depois os objetivos no ponto cinco, e tendo em atenção a informação contida no presente relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação não esteja isenta de distorções. Não será altura de elevarmos o nível de análise destes revisores oficiais de contas destas auditorias? Custa-me, como deputado municipal, estar a ler uma coisa destas e assinado por um gabinete revisor oficial de contas. Obrigado.”-----

----- Para responder à intervenção feita pelo Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- “Senhor Deputado não consigo perceber como é que o Senhor quer comparar um relatório



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feito ou apresentado pela Universidade de Aveiro sobre um conjunto de situações, sobre um conjunto de municípios, sobre um determinado trabalho que tem, leva anos a construir no passado e no futuro também, também é para o futuro, com um relatório que tem dois meses de trabalho, mas se quer avaliar as ações que aqui são descritas. Nada melhor do que participar na maior parte delas. E faço esse desafio ao Senhor Deputado e a todos os Deputados aqui presentes nesta Assembleia, que em muitas dessas ações eu gostava de vos ver presentes. ----

----- Relativamente ao relatório da auditoria das contas apresentadas pelo auditor, olhe até, eu por acaso li o ponto oito e congratulo-me pela forma como estes senhores auditores descrevem porque no curto prazo que eles tiveram entre a adjudicação que lhes foi feita para esta avaliação de contas e o trabalho que eles desenvolveram revela, para além do profissionalismo, uma total isenção e algum cuidado. Fizem este trabalho reportado ao período de seis meses, portanto terão que fazer o restante e quando for a prestação de contas, na devida altura, vocês poderão avaliar da melhor forma aquilo que os Senhores auditores poderão relatar e descrever.

----- No seguimento da resposta concedida pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Eu congratulo-me pelo desafio que a Senhora Presidente me acabou de fazer, mas devo lembrar que à exceção de ter sido convidado apenas para fazer parte de uma entrega de diplomas eu não fui convidado para nenhuma destas atividades enquanto deputado. Portanto, a Senhora tomou posse há dois meses, em atividades, eu também, e foi o único convite que recebi. -----

----- Outra questão que lhe queria dizer, e é do seu conhecimento, se há pessoa que até hoje tem participado em congressos, em organizações científicas e com publicações com *read free* sobre o concelho de Anadia e sobre as freguesias do concelho de Anadia, essa pessoa é o deputado que está a falar consigo. Tenho dito."-----

----- De novo para responder ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que afirmou o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Deputado. Relativamente à primeira parte da sua intervenção, que o Senhor além de ser Deputado é um cidadão deste concelho, portanto, obviamente deve estar informado sobre as ações que vão decorrer quanto mais não seja pela comunicação social."-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----

----- "Senhora Presidente. Sobre este documento, a Senhora Presidente começou por dizer que era um documento, tem um período relativamente curto de trabalho, dois meses, concordo. Depois focou o aspeto de ter, ser uma breve descrição, eu diria brevíssima descrição. Acho que o concelho de Anadia apesar de neste curto espaço de tempo ter feito inúmeras atividades, elas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não são o espelho daquilo que verdadeiramente potencia o nosso concelho enquanto trabalho realizado pelos seus colaboradores deste município. São pessoas empenhadas e válidas e quando perdem tempo a descrever uma pequena alínea de um projeto acho que podiam escrever mais duas ou três e dizendo mais qualquer coisa que, no fundo, seja expressivo para fora. -----

----- Isto é uma informação pública. Quem lê não fica com a ideia do que é que estamos a falar, porque por exemplo, deixe-me destacar só aqui, são inúmeros os projetos, mas, por exemplo, sobre a componente desportiva, são muito básicos esses projetos. Temos aqui no complexo desportivo de Anadia *aquafitness*, dia mundial de *aquafitness*. Quando é que isto foi feito neste período de dois meses? Que público atingiu? Participantes, etc., etc? Isto também para percebermos se as nossas instituições são legítimas após a sua construção, como é que elas se dinamizam e como é que elas se efetivam no contexto concelhio e também no contexto regional. -----

----- Acho que quando se perde tempo a pôr isto aqui para o papel, acho que se podia ser um bocadinho mais expressivo. E deixava-lhe este desafio, acho que os técnicos que complementam este documento podem, no fundo, escrever mais qualquer coisa, porque esta informação faz parte do dia-a-dia da, do seu trabalho. -----

----- Depois somente para destacar aqui três aspetos que me parecem importantes. No fundo, dar-lhe os parabéns por uma, aqui no âmbito da ação social deste município, e uma vez que o município tem, faz a gestão de um fundo social, quando esta Câmara optou por atribuir um cabaz de Natal às famílias carenciadas e optou por fazer junto das famílias que estão, fazem parte deste fundo e que são acompanhadas por este fundo, acho que é um ato de louvar, especialmente nesta altura. E também de louvar que estas famílias sejam acompanhadas ao longo do ano e isso é feito. -----

----- E no fundo, também sobre este aspeto, fazer um lamento, e fazer um lamento neste aspeto, como este assunto foi abordado também em reunião de Câmara e teve uma depreciação a uma proposta apresentada pelo PSD, por parte da Senhora Presidente e por parte também do seu executivo, que foi a inclusão de uma garrafa de vinho no cabaz de Natal. Eu sei que a sua perceção se calhar é diferente da minha, se calhar é diferente da do PSD. Mas nós estamos num concelho que conhece bem o segmento do vinho não é só de agora, já o executivo anterior e os anteriores conheciam bem o segmento do vinho, por isso, é que evoluímos para o segmento de construirmos o museu do vinho. Temos aqui presente no nosso concelho uma escola vitivinícola, há pouco tempo lançámos também, lançaram um prémio para desenvolver este mecanismo de negócios e ideias que possam alavancar o vinho. E, portanto, neste, temos a rota da bairrada, etc., etc.-----

----- Portanto, eu vejo com muito agrado que Anadia seja distinguida por este ícone que é regional, agregado à gastronomia pode eventualmente alavancar Anadia, quando eventualmente nós fazemos esta proposta, porque acho que fica bem, o cabaz de Natal não é um cesto que se dá durante o ano a famílias carenciadas que passam fome, mas sim um cabaz



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Natal que o Município gostaria que todas as famílias tivessem em cima da mesa para confraternizar, para parabenizar, no fundo, aqueles que visitam e que acompanham o Natal. ---

----- Eu optei por falar neste assunto porque choca-me, no fundo, que a Senhora Presidente, que é uma pessoa que, a quem eu deposito grande confiança na gestão e grande alavancagem nesta visão, foi por isso também que ganhou as eleições, e quando diz que vinho não, vinho não, para estas famílias vinho não, se fosse um iogurte ou se fosse um queijo já tínhamos conversa. E, portanto, acho que fica mal.-----

----- A opção é assim, no nosso cabaz de Natal não entra este segmento, entra outro. No do PSD, se calhar, entraria e aconselharíamos também as famílias, não as carenciadas, as que tivessem posse a oferecerem vinho, a promoverem a Bairrada, é neste sentido.-----

----- Depois como este é um documento tão sintetizado e tão breve, no setor de educação, não sei se isto é revisto, mas por exemplo, nestes último dois meses causa-me alguma estranheza, por exemplo, que na sua divisão de educação, nestes dois últimos meses tenham perdido tempo a elaborar o plano de atividades de dois mil e treze. Eu acho que poderá haver aqui um erro de forma e seja o plano de atividades para dois mil e catorze. Mas, portanto, é uma coisinha tão básica, parece que vale o que vale, mas em cinco palavras acho que poderia haver esta atenção na releitura.-----

----- Depois, Senhora Presidente, eu estaria habituado também a receber uma comunicação em casa de seis em seis meses em belo papel *couché*, recheada de fotografias, uma publicação que no fundo dava algum retorno a quem não pode acompanhar de outra maneira a atividade da Câmara. E acompanharia por esta revista que era o boletim municipal, nesta comunicação estranhei que ninguém se esteja a ocupar da próxima edição. Portanto, não sei se é um documento que a Senhora Presidente pretenda recuperar, ou não, acho que o devia fazer, porque dizia-se, principalmente na última edição, até porque foi uma edição cara, que era não mais do que um elemento de promoção eleitoral e eu acho que aquele documento é bem mais do que isso, é um documento expressivo de Anadia que eu com agrado colocava na minha prateleira para memória futura e, portanto, estranho que esse documento de facto tenha caído, não sei se caiu. Portanto deixava-lhe esta pergunta. E ficava por aqui. Muito obrigado.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que em resposta às interpelações do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, referiu: -----

----- “Congratulo-me obviamente porque o Senhor Deputado reconheceu que muito foi feito em dois meses. Portanto, também fico agradada pela forma como reconhece algum trabalho que aqui foi representado. E dizia eu no princípio, na apresentação “indicando-se as mais relevantes”, portanto até foram só indicadas as mais relevantes.-----

----- Relativamente à descrição que estava a falar, pois realmente se calhar tem razão, numa próxima vamos ter que repensar e pôr essa descrição toda. Mas, depois, em vez de quatro páginas temos um relatório de cento e sessenta páginas, não sei se será de fácil leitura, mas vamos pensar nessa situação. -----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Relativamente à atribuição dos cabazes de Natal, também diz aqui a famílias carenciadas. E eu fico algo perplexa de ainda se estar aqui a discutir essa situação, se devia ter mais este género ou menos aquele género, mas, de facto, aquilo que eu conheço das famílias, e os cabazes que foram entregues, foram efetivamente a famílias bastante carenciadas. E estive presente nalguns momentos em que essa atribuição foi feita e quero-lhe dizer que tive inclusivamente que me retirar porque fiquei chocada, inclusivamente, porque reconheci algumas famílias e tive pena inclusivamente que algumas delas tivessem presentes naquele momento, porque conheci efetivamente a sua forma de estar e as suas posses noutros tempos.-----

----- Portanto não vou, não quero estar mais aqui a dizer se devia ser esta opção. A do PSD seria essa, a do executivo, e nomeadamente pelos Senhores Vereadores do MIAP foi a que nós apresentámos e, portanto, muito nos honra. E se pudéssemos redobrar os mesmos géneros e ter um cabaz mais reforçado, igualmente assim o teríamos feito.-----

----- Na questão da educação. Muito bem, existe aqui um plano de atividades, um lapso, seria o plano de atividades dois mil e treze/dois mil e catorze, com efeito, e portanto há esse lapso devo reconhecer.-----

----- Quanto à publicação do boletim municipal, ele era semestral e foi publicado, se não me engano, em agosto ou setembro e, portanto, neste semestre que está a terminar obviamente que há toda uma informação que está ser recolhida e portanto na sua devida altura, e teremos que repensar evidentemente se esses custos serão efetivamente de ser executados ou realizados, neste ou noutro formato.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que concretizou: -----

----- “É uma questão muito simples, Senhora Presidente. Eu por acaso passo com frequência naquele parque que estão a fazer ali junto às piscinas e tenho reparado que cada vez que chove aquilo vem cá tudo ter abaixo, há continuamente escorregamento. Portanto, houve ali uma falha técnica de não se acompanhar as curvas de nível, criou-se um lençol com trainel único, na nossa linguagem mais técnica e o que acontece é que cada chuvada com um bocadinho de mais intensidade arrasta relva e tudo por aí abaixo e, portanto, aquilo não se vai segurar no futuro. –

----- Eu quando vejo aqui manutenção de parques e jardins penso, bom, se nós deixamos aquilo naquele estado, quando o empreiteiro se for embora nunca mais paramos de fazer manutenção naquele, todos os invernos estão a fazer manutenção naquele espaço porque aquilo arrasta a terra toda para o passeio, para o muro junto à piscina. Eu suponho, a obra parece-me que ainda não está concluída, vejo lá empreiteiros ainda a trabalhar, seria uma boa altura para arrear caminho e tentar corrigir aquela situação antes que depois fiquemos com ela para o futuro e tenhamos que estar ali a gastar dinheiro continuamente. Muito obrigado.”-

----- Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que disse: -----

----- “De facto, no fundo a questão do arrastamento das terras resulta porque não foi possível



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na devida altura concretizar aquele ajardinamento, portanto não houve a consolidação quer das terras quer a própria relva que se pudesse segurar. E, portanto, se as próprias relvas ou as ervas semeadas tivessem já ganhado consistência, nunca aquela situação estaria a acontecer. —

----- De qualquer forma, não é provavelmente a melhor altura para, nestes dias, se poder repor esta situação. Aliás, tentámos uma vez que o tempo levantou, mas tal não foi possível e, portanto, teremos que esperar por dias melhores e neste momento essa situação está agendada para repor a situação e repensar da melhor forma para que aqueles taludes não possam deslizar daquela forma.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho, que fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu apenas queria um esclarecimento, é uma coisa mínima. É que no ponto cultura há um ponto que diz desenvolvimento e procedimento respeitantes à atribuição de subsídios e participações aos encarregados de educação, IPSS’s e Juntas de Freguesia. Isto das Juntas de Freguesia, que subsídios é? São a todas ou é a algumas? Já agora Engenheira Teresa é só para me esclarecer, se faz o favor.”-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que respondeu ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho: -----

----- “Isso não diz respeito ao setor da cultura, mas sim da educação. Penso eu que é aquilo que se está a referir. Portanto, o que nós temos no setor da educação é alguns protocolos entre as Instituições e as Juntas de Freguesia. Há casos onde as Juntas de Freguesia estão envolvidas e, portanto, é no âmbito da componente de apoio à família, portanto na CAF, ou na questão dos almoços, que nós temos essa colaboração e esses acordos e, portanto, são essas as verbas que são transferidas para as Juntas de Freguesia quando de facto intervêm neste processo.”-----

----- Concedida a resposta ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e sem qualquer outro pedido para intervir no âmbito da discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o ponto por encerrado. -

----- Prontamente, passou a apresentar o ponto dois da ordem do dia, “*Apresentação, discussão e votação da proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º, do RAMA*”.-----

----- Apresentado o ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- “Eu queria solicitar à mesa que ao abrigo do artigo trinta e quatro, alínea número seis, fosse considerada a possibilidade da duração máxima deste ponto ser de cento e vinte minutos.” -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que já estava considerada a duração máxima cento e vinte minutos e para haver mais trinta minutos teria que ser proposta a votação por um quinto dos Senhores deputados. Acrescentou, portanto, que a duração máxima, do ponto, era cento e vinte minutos, tal como estava consignado no regimento em vigor. -----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação dos documentos previsionais e do mapa de pessoal, tendo a Senhora Presidente feito a seguinte apresentação: -----

----- "Então relativamente a este ponto, o nosso primeiro documento, deste executivo, teve por base essencialmente começar um bocadinho ao contrário. Perceber quais eram as receitas a que o Município teria direito e depois perceber, segundo as nossas prioridades, a sua própria distribuição. Alcançámos um valor de orçamento no montante de vinte e quatro milhões, novecentos e trinta e oito mil euros em que neste caso a maior parte das receitas imputadas a este orçamento, para além das transferências do próprio Estado, portanto, são também os dinheiros provenientes das participações dos fundos comunitários e também o reforço dos empréstimos contraídos. No caso em concreto, temos a verba respeitante ao financiamento aprovado por esta, por esta não, pela anterior Assembleia Municipal, relativamente à construção dos Centros Escolares. E também há um remanescente ainda do empréstimo relativamente a uma empreitada do saneamento. -----

----- Posto isso, as nossas receitas correntes neste orçamento, no montante de catorze milhões, setecentos e trinta e oito mil estão acima das despesas correntes que nos propomos realizar e ainda assim financiam as próprias despesas de capital. Portanto, cumprindo o princípio da boa regra e equidade, obtemos um equilíbrio entre as receitas e as despesas. -----

----- As opções, efetivamente, ou os maiores montantes são atribuídos ao setor da educação, com cerca de trinta e um por cento, distribuídas também pelo saneamento, com cerca de dezanove por cento, em que a maior parte dos investimentos ainda dizem respeito ao valor das obras a pagar relativamente às ETAR's, nomeadamente às ETAR's quer de Amoreira da Gândara quer de Sangalhos, mas também a outros investimentos que ainda importa realizar e de concluir algumas redes de saneamento e também dos próprios emissários e as estações elevatórias ainda em falta, e de três por cento para abastecimento de água . Também no desporto com uma percentagem ainda significativa, porque existe também o compromisso, ou existia o compromisso do anterior executivo, na participação com protocolos assinados também com as Juntas de Freguesia na execução de alguns relvados sintéticos. -----

----- Na proteção do meio ambiente e conservação da natureza também com quatro por cento, na cultura, nos transportes rodoviários, etc.-----

----- Os Senhores têm os documentos presentes, portanto, para vos dizer basicamente que as grandes opções portanto dizem respeito às obras financiadas, portanto as maiores percentagens foram atribuídas às obras que têm ainda fundos comunitários atribuídos, portanto, na questão do saneamento do sistema integrado, na educação também as receitas provenientes de fundos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

comunitários no respeitante ao Centro Escolar de Avelãs de Cima e de Sangalhos e outras opções foram feitas em dotar algumas rúbricas de um montante maior, nomeadamente no que se refere à requalificação urbana, à mobilidade urbana, à valorização e qualificação ambiental, uma vez que ainda dentro deste quadro comunitário existe a possibilidade de nos podermos vir a candidatar dentro desta possibilidade de eixos que virão ainda a ser abertos e portanto com possibilidade de poder financiar os municípios nalgumas obras que se encaixem dentro destes eixos. -----

----- A parte da ação social foi igualmente uma prioridade. Destaco aqui, também, que esta questão da ação social é transversal a outros setores, setores da educação, também, onde os apoios atribuídos na parte das isenções das refeições, dos materiais escolares, portanto, são verbas também significativas. E também o mesmo diz respeito à questão das isenções de taxas de ligação de água ou saneamento que os Senhores, de certo, não conseguiram perceber esses montantes que ainda são significativos neste tipo de isenções que são atribuídos aos munícipes, mas que ainda representam um valor significativo. -----

----- As dinâmicas desportivas e culturais são para manter, reforçar o dito associativismo como há pouco o Senhor Deputado efetivamente referia. Os dinheiros são menos, mas temos que cada vez mais aprender a fazer muito mais com menos dinheiro e, portanto, nesse sentido, temos o desafio feito às nossas associações, quer desportivas quer culturais, e onde também pretendemos que as próprias Juntas de Freguesia sejam envolvidas. -----

----- Três projetos relevantes identificamos, como seja o quinto centenário da outorga dos forais manuelinos, o centenário da morte de José Luciano de Castro, ou mesmo os quarenta anos após o vinte e cinco de Abril. -----

----- Na parte desportiva, com as federações residentes no Velódromo, quer na questão da ginástica, quer na questão do ciclismo, portanto, estão em preparação, estão em agenda já alguns eventos de cariz europeu, internacional e, portanto, no fundo, serão para manter e reforçar. -----

----- Outros setores obviamente estão aqui contemplados, tudo dependente daquilo que é a possibilidade de nós podermos conseguir assumir os nossos compromissos dentro das verbas que temos disponíveis e respeitando a dita lei dos compromissos e a lei das finanças locais. -----

----- Na questão do mapa de pessoal, estamos também limitados, gostaríamos de ter a possibilidade de enquadrar mais gente que bem precisávamos nalguns setores, nomeadamente até, no setor das águas ou do saneamento, ou bem assim para dar apoio a algumas infraestruturas, o que de todo não se torna viável. Portanto, a proposta que apresentamos relativamente ao mapa de pessoal, nomeadamente, no alargamento para alguns, para a contratação ou enquadramento no próprio quadro de pessoal é bastante restrito face àquilo que seria o nosso desejo. -----

----- Penso que não terei muito mais a acrescentar, se não dizer que é um compromisso, este documento é um grande compromisso de grande rigor, de grande sentido de responsabilidade, face àquilo que neste momento e aos montantes a que temos direito e que nos é possível



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despender e dentro obviamente das nossas prioridades. Não posso dizer das nossas ambições porque elas vão muito mais para além do que aquilo que é aqui demonstrado neste documento. Desde já fico à disposição obviamente para qualquer esclarecimento que os Senhores Deputados bem entendam apresentar.”-----

----- Iniciado o período de intervenção no âmbito da discussão do ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Graciete Castro, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que analisando os documentos disse: -----

----- “Ora bem, ao analisar portanto os documentos previsionais para o ano dois mil e catorze, na página treze «despesas com aquisição de bens e serviços», eu queria pedir um esclarecimento à Senhora Presidente, porque ao fazer a análise há aqui determinadas rubricas que têm um valor alto e que não especificam o que é. Alguns pontos já foram, a Senhora Presidente já prestou esclarecimentos em reunião de Câmara, entretanto, continuam outros pontos aqui que gostava, se possível, que me fosse esclarecido.-----

----- Os encargos com as instalações de dois milhões de euros a Senhora Presidente já esclareceu uma parte. Eu como conhecedora da parte elétrica, do que se passa nas empresas, perguntava, portanto, a nível de energia, e uma vez que é de lei que até dois mil e quinze todas as entidades têm que sair da EDP Universal e ir para outras entidades, para outras empresas, gostava de saber, e há concursos, e há propostas de várias entidades em que os preços são realmente negociáveis, saber se realmente a Câmara Municipal de Anadia já se encontra assegurado portanto com os novos comercializadores no mercado liberal porque há realmente preços bastante diferentes mediante os consumos, e isto, pensando que não, conta na energia, principalmente daqui do concelho que é bastante. -----

----- Depois tenho aqui «limpeza e higiene» quatrocentos e quarenta mil euros. Eu gostava de saber a que é que diz respeito porque acho que é uma verba exagerada. -----

----- Depois temos aqui «assistência técnica», «outros trabalhos especializados». Só estas duas rubricas são meio milhão de euros, meio milhão de euros que penso, portanto, não está especificado o que é. Terei conhecimento de algum, do que será algumas das verbas e aqui por acaso questiono, se estiver metido, eu penso que aqui está metido projetos elétricos estão outros tipos de projetos, se não havia, se não seria possível em vez de dar isto a gabinetes, admitir um técnico, um engenheiro eletrotécnico. Até porque ao analisar os quadros, o mapa de pessoal que a Câmara Municipal tem, não consta nenhum engenheiro eletrotécnico. Há engenheiros civis, há arquitetos, engenheiro eletrotécnico não há nenhum. -----

----- Penso, também, esta verba contemplará não só os projetos que se paga como as responsabilidades técnicas. Não tenho nada a ver com, nada contra pessoas que prestem estes serviços, mas penso que meio milhão de euros é um valor um bocadinho exagerado. -----

----- Depois há outras rubricas, outros serviços que não são especificados. Gostava também de ter conhecimento, portanto, de ter uma opinião, de realmente haver um esclarecimento do que se trata, porque realmente a nível contabilístico, e nós nas empresas é o seguinte: apresentamos a rubrica «outros», o fisco pede-nos esclarecimentos quando são verbas



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

exageradas. E por norma as rúbricas «outros» são valores residuais. Ora, aqui não estão valores residuais, estão valores bastante elevados. Portanto, eu penso que nada impediria, portanto, a própria, documentos previsionais, haver um mapa, uma nota discriminativa principalmente a discriminar as verbas mais altas. -----

----- Depois na página catorze, na «aquisição de bens de capital», estão as várias rubricas. Depois aparece novamente «outros», «outros investimentos» quatrocentos e noventa e quatro mil euros, «ferramentas e utensílios», um milhão, cento e sessenta e um mil euros, e «outras aquisições» cento e dezoito mil e quinhentos euros. Ora, isto faz, isto representa dezanove por cento do total da «aquisição de bens e serviços». São verbas muito grandes que acho que mereciam um esclarecimento em que é que realmente este dinheiro vai ser gasto. Acho que os munícipes têm o direito de saber em que é que o nosso dinheiro é gasto e estas verbas, bastante altas, não quer dizer que não sejam necessárias, acredito que sim, que sejam necessárias, mas acho que podiam ter um esclarecimento.”-----

----- Para responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Graciete Castro, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que referiu: -----

----- “Conforme a Senhora Deputada referiu, e bem, são documentos previsionais e que no fundo para elaborarmos este documento também nos serve de referência, quer queiramos quer não, a despesas do ano anterior. Não quer dizer que no próximo ano serão exatamente estas despesas, até porque o nosso esforço vai no sentido obviamente de restrição nalguns setores. –

----- No que aos encargos com instalações referiu, é evidente que não é só energia, também é por exemplo a questão do gás, que também é bastante, nomeadamente na questão das piscinas, no consumo que é feito nas piscinas. Na energia, temos obviamente concursos que foram feitos. Aliás, já no anterior executivo fizemos prévias consultas com várias entidades. Posteriormente, e através de um concurso feito através do acordo quadro que estava disponível nós aderimos ao mesmo e, portanto, acima dos quarenta e um ponto quatro, a que respeitava a média tensão, nós praticamos o procedimento e, portanto, estabelecemos um contrato que por acaso se manteve com a EDP, porque foi aquela que na altura teria os preços mais baixos. No que respeita à baixa tensão, que agora a própria lei também refere e portanto até dois mil e quinze, também estamos a realizar na mesma o procedimento no sentido de essas instalações, e abaixo de quarenta e um ponto quatro, ou entre dez ponto trinta e cinco, quarenta e um ponto quatro já está, mas abaixo ainda também seja feito esse mesmo procedimento conforme a lei nos dá indicação. Mas quero-lhe dizer que neste momento aquela variação que existiu, ou que outrora nos poderíamos aperceber que determinadas empresas praticassem, aquilo que vimos a verificar é que passados já estes anos, já essas diferenças não são assim tão significativas, pelo menos no que toca ao setor público. -----

----- Limpeza e higiene, como bem referiu, trata-se de aquisição de bens e serviços, portanto, quer para produtos ou equipamentos referentes à parte de limpeza e higiene, quer aos próprios serviços que temos, nomeadamente no que se refere a este edifício, à Biblioteca, ao Museu,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

onde pelo menos nestes três equipamentos temos uma contratação de serviços para efetuar a limpeza dos próprios edifícios. Portanto, isto no que se refere a este valor. -----

----- Relativamente à assistência técnica, o mesmo se refere efetivamente a manutenção, por exemplo, de elevadores, a fotocopiadores, às manutenções das próprias ETAR's ou Estações Elevatórias. -----

----- Outros trabalhos especializados, engloba-se inclusivamente aqui valores que temos contratualizados, ou que temos que contratualizar, nomeadamente com a AIRC, que é a empresa em termos de informática que presta o apoio e a assessoria a este Município. Tivemos também incluído aqui um projeto, que foi o projeto do espaço internet e internet nos espaços, onde fizemos um concurso público e, portanto, foi feito esse apoio, quer da instalação das antenas nos vários espaços – Juntas de Freguesia, edifícios públicos e IPSS's -, e portanto vamos manter ainda, pelo menos, porque a candidatura encerrou, mas vamos mate-la para já em aberto com a possibilidade de podermos ainda vir a recuperar pelo menos alguma parte de formação no próximo quadro comunitário, mantendo, contudo, as antenas, ou uma parte pelo menos das ligações efetuadas, de forma a continuar a garantir as ligações de internet aos vários edifícios públicos, às Juntas de Freguesia e às IPSS's, conforme estava estipulado na candidatura a que nós concorremos e que teve participação.-----

----- Noutros trabalhos especializados, estava-se a referir aos projetos elétricos. Não são só projetos elétricos, alguns são mecânicos, são projetos de gás. Por exemplo, se houver estudos paisagísticos, também não temos ninguém que o faça, ou eventualmente, também, algum apoio jurídico. -----

----- No que toca às aquisições de bens e serviços, na página catorze. Como referiu, nos outros equipamentos, obviamente que isto também é preciso cruzar com toda a informação que surge mais à frente e, portanto, nesses outros equipamentos inclusivamente surge tudo o que é de maquinaria, também e de transporte, ferramentas e utensílios. Portanto, engloba várias rubricas.-----

----- Há outras situações, como refere, as outras que gostava de perceber com mais pormenor, obviamente que também na própria discussão deste documento no Executivo essa situação foi referida. Foi dada a explicação inclusivamente pelo nosso técnico. Trata-se de algumas rubricas que são efetivamente residuais e, portanto, no seu conjunto somam efetivamente esses valores, que têm que se ir buscar, obviamente, à sua distribuição, até inclusivamente dentro das próprias GOP's."-----

----- Concluída a resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que efetuou a seguinte intervenção: -----

----- "Eu vou fazer a minha intervenção ao abrigo do artigo trinta e nove, número dois, do Regimento. Peço, enfim, a vossa amabilidade porque vou passar a ler: nos termos regimentais e legais, compete à Assembleia Municipal apreciar as opções do plano e a proposta de orçamento da Câmara Municipal. O orçamento municipal é o documento onde estão previstas as



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

despesas e as receitas propostas pela Câmara Municipal e aprovadas pela Assembleia Municipal para o ano económico, o qual tem início no dia um de janeiro e termina no dia trinta e um de dezembro. -----

----- O orçamento municipal cumpre três funções: relaciona as receitas e as despesas, fixa as despesas e constitui a expressão do plano financeiro do município. O orçamento municipal relaciona as receitas com as despesas na medida em que precisa de saber as receitas com que conta para saber se bastam para cobrir as despesas. O orçamento municipal fixa as despesas do Município, constituindo o montante destas um limite que o Executivo Camarário não pode, por princípio, ultrapassar. Por último, o orçamento ao prever as receitas permite saber qual o montante de cada um dos meios de financiamento e ao prever as despesas elucida acerca dos montantes que a Câmara se propõe despende com cada um dos serviços. A terceira função do orçamento municipal é pois a exposição do plano financeiro da Câmara. -----

----- Podemos dizer, sem medo de errar, que a leitura e apreciação do orçamento municipal torna claras quais irão ser ao longo do ano económico as prioridades políticas e económicas do Executivo Municipal. Por esta razão é que a apreciação do orçamento pela Assembleia Municipal constitui um dos pontos altos da atividade política municipal no decorrer do ano. Exprime, no seu sentido mais nobre, o poder dos representantes dos munícipes em controlar e apreciar tanto a arrecadação da receita como a efetivação da despesa. O orçamento não é apenas um documento financeiro, não é apenas um documento económico. É, sobretudo, repito, sobretudo, um documento político. -----

----- O orçamento é um documento político na medida em que concretiza a vontade do Executivo, as suas escolhas e prioridades. Analisemos, ainda que perfunctoriamente, as ditas escolhas. Não podemos deixar sem reparo o facto de o Executivo destinar ao desenvolvimento económico do concelho de Anadia tão poucos recursos. Assim, o Executivo prevê zero vírgula quatro por cento para o Turismo, dois vírgula três por cento para a Indústria e zero vírgula trinta e oito por cento para a Agricultura e Silvicultura. A promoção direta do desenvolvimento económico agrega assim apenas três por cento da despesa do Município.-----

----- Outro reparo merece a percentagem da despesa com a Ação Social. Num concelho onde se prevê que o número de pessoas idosas aumente em exponencial nos próximos anos, o Executivo planeia gastar em Ação Social dois vírgula zero seis por cento da despesa do Município.-----

----- Este orçamento que agora se sujeita a apreciação da Assembleia Municipal não é fruto do acaso. Constitui o último afloramento de uma linha de continuidade que contribuiu para fazer de Anadia o concelho mais pobre da Bairrada. O concelho que nos últimos dez anos perdeu cerca de oito por cento da sua população e a corrida do desenvolvimento. Anadia tem hoje vinte e oito mil oitocentos e sete habitantes, tantos habitantes como os que tinha em mil novecentos e trinta. Repito, Anadia tem hoje vinte e oito mil oitocentos e sete habitantes, tantos habitantes como os que tinha em mil novecentos e trinta. Em dois mil e um, Anadia tinha trinta e um mil quatrocentos e quarenta e três habitantes e em dois mil e doze baixou, como referi, para vinte



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

e oito mil oitocentos e sete habitantes. Em comparação, a Mealhada conseguiu manter, nos últimos dez anos, a sua população. Curiosamente, Oliveira do Bairro aumentou a sua população neste mesmo período. -----

----- Analisemos, agora, o poder de compra *per capita* do concelho, ou seja, a riqueza por cabeça dos seus habitantes. Anadia tinha, por referência à média nacional, um poder de compra, em dois mil, de setenta e três vírgula sessenta e quatro por cento. A Mealhada, em dois mil, tinha sessenta e nove vírgula quarenta e sete por cento. Oliveira do Bairro tinha, em dois mil, setenta e dois vírgula setenta e nove por cento. Em dois mil e onze, Anadia tem setenta e seis vírgula trinta e três por cento da riqueza do poder de compra *per capita* nacional, a Mealhada tem oitenta e três vírgula oitenta e cinco por cento, Oliveira do Bairro tem oitenta e um vírgula oitenta e um por cento. -----

----- Isto são dados oficiais do INE. Estes dados mostram à evidência que Anadia está a perder a corrida do desenvolvimento. Os nossos vizinhos estão hoje mais ricos que nós, quando dez anos antes estavam mais pobres. -----

----- O orçamento do Executivo Municipal persiste no erro. Infelizmente, pagaremos todos pelos erros repetidos de alguns." Muito obrigado."-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado João Almeida, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que concluiu: -----

----- "Penso que o Senhor Deputado fez uma declaração quase de voto e, portanto, não me pôs qualquer interpelação. O que referiu, e bem, são os dados que têm por base o ano dois mil e onze e do INE. Se fossem hoje avaliados esses mesmos valores, com certeza seriam ainda bastante mais baixos, não só no que toca ao concelho de Anadia, mas também aos concelhos vizinhos. -----

----- Esta é uma realidade. É a realidade do país, também, não é só a realidade de Anadia. Temos um concelho envelhecido, mas o próprio país também está envelhecido. Temos um próprio Governo que também desafia os nossos jovens a emigrar e, portanto, temos cada vez menos jovens no nosso país e, portanto, tudo isto implica que a própria riqueza do país se vai esvaziando e, portanto, o concelho de Anadia e os outros não são alheios a esta realidade.-----

----- Posto isto, cabe efetivamente ao concelho, e nomeadamente ao seu Executivo, e aos demais elementos com responsabilidades, quer na execução, quer até na própria fiscalização dos atos, obviamente tentar fazer o melhor pelo concelho e angariar aquilo que for possível para dinamizarmos e darmos a volta por cima.-----

----- Nada mais tenho a acrescentar porque, como disse, não me fez qualquer interpelação, portanto, resta-me apenas este breve comentário, que também, no fundo, reflete aquilo que é a realidade do nosso concelho. Posto isto, nada mais tenho a acrescentar."-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alves, do Grupo Municipal do PS, que formalizou a intervenção, não sem antes cumprimentar os presentes: -----

----- “Depois de uma análise, parece-nos um orçamento equilibrado e pensado para a população do concelho. Esperamos que todos os protagonistas o consigam executar adequadamente. No entanto, gostaríamos de destacar dois pontos: a Educação e a Proteção do Ambiente.-----

----- A grandeza de um povo vem do seu saber e do seu *savoir faire*, por isso a educação é tão importante. Assim, por relativa satisfação que constatamos que nas Grandes Opções do Plano a Educação tem a maior fatia. Esperamos que esse dinheiro não seja só para o betão, também muito necessário, mas também para material didático e atividades pedagógicas, tal como consta neste documento.-----

----- Verificamos com satisfação um valor com algum significado na Proteção do Ambiente e Natureza. O bem estar de uma população passa pela sua convivência harmoniosa com a natureza. Somos em crer que essa verba, não sendo muito, irá ter uma aplicação eficiente para melhorar o quotidiano e o lazer dos cidadãos do nosso concelho.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado António Alves, do Grupo Municipal do PS, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para, entendendo, comentar a intervenção. A Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu: -----

----- “Também penso que não tenho mais nada a declarar. O Senhor Deputado penso que também fez uma declaração, no fundo, de voto, mais ou menos relativamente àquilo que será a sua perceção relativamente ao orçamento. -----

----- Quería só dizer que no que toca à Educação, obviamente que foi feito um grande esforço num investimento, não só naquilo que são as escolas que queremos requalificar, mas também em dotar as escolas já existentes deste equipamento, quer informático, quer os próprios fotocopiadores, quer toda a outra tecnologia, no fundo, que dará condições similares àquilo que já são os Centros Escolares que hoje estão em funcionamento.”-----

----- No seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que formalizou a intervenção: -----

----- “Eu para não demorarmos os cento e vinte minutos, que estavam ali a preocupar o Dr. João, também resolvi escrever para ser mais célere e ser mais incisivo e mais rápido. E começaria por dizer que, em primeiro lugar, eu não poderia deixar de referir que para quem na campanha eleitoral afirmou aos quatro ventos, e eu ouvi várias vezes, ter um programa para Anadia baseado na experiência de governação, apresentar a esta Assembleia umas GOP (Grandes Opções do Plano) que prevê o Plano Plurianual de Investimentos mais as Atividades Mais Relevantes, ele é apresentado sem qualquer visão de futuro, porque praticamente só contempla o ano de dois mil e catorze. Portanto, de plurianual já perdeu. Dois mil e quinze, dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete, acho que dois mil e quinze tem três rubricas. Dois mil e dezasseis, dois mil e dezassete não há nada.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, o planeamento para o mandato está esquecido. Isto assemelha-se a um barco que vai correr ao sabor do vento nos próximos quatro anos. É, pensamos ano a ano e depois vamos andando. Para mim, parece-me um mau presságio porque não há planeamento a curto prazo, que seria o mínimo os quatro anos, para não falar a médio, o que não vincula o Executivo logo no primeiro ano ao cumprimento do programa com que se candidataram aos lugares que ocupam. -----

----- Enfim, na minha perspetiva, e só na minha, uma pura navegação à vista. Para o ano logo se verá. -----

----- É importante destacar que, proclamando a Câmara que paga na hora, que tem dinheiro em caixa, não aproveita essas condições para melhorar a qualidade de vida na cidade e restantes aglomerados urbanos, melhorar a vida das pessoas em todos os aspetos, no apoio social, à educação, no lazer e na cultura. -----

----- Apesar de se repetir continuamente no texto distribuído contenção orçamental e/ou rigor e exigência orçamental, na verdade, com isto, está-se a dissimular uma realidade para esconder a própria incapacidade. A única constatação até agora é da incapacidade de executar os recursos e fazer com que cheguem efetivamente à população. Sim, porque o Executivo é praticamente o mesmo que a antecedeu, Senhora Presidente. E no relatório que nos foi apresentado hoje, das atividades da Câmara, o que se vê aqui, tirando na parte social, é que realmente é tudo para o exterior, é a equipa internacional de Angola, é a ginástica. E a população? A população de Anadia o que é que a sofre destes equipamentos todos? -----

----- O grosso do investimento continua a ser aplicado em betão, claramente. Olhando para o orçamento, é claramente em betão, ou asfalto, versus alcatrão, como é conhecido, e combustíveis. São as grandes verbas. Unicamente considero, e aqui ao serviço da população, que salvam os investimentos no saneamento. O das águas continua invertido, na minha perspetiva. Isto é, aposta-se em tudo menos na monitorização do sistema de modo a localizar e garantir o controlo das perdas de água, a energia e a eficiência e eficácia das intervenções nas redes de águas. Se não tivermos uma noção das perdas, não temos a noção do consumo de energia adicional que daí advém. Eu acho que as águas deviam ser um serviço certificado para que tudo isto pudesse ser bem controlado e percebermos onde é que realmente estamos a gastar dinheiro, e se o vamos gastar bem. -----

----- Se retirarmos as verbas inscritas nas GOP para o que anteriormente referi, portanto, para o betão, para o alcatrão e para o restante, o que é que sobra? Bom, sobram valores atribuídos insignificantes para áreas de desenvolvimento tão importantes, como a Cultura, o Turismo, a Agricultura, as Funções Económicas, o Gabinete do Empreendedor e do Empreendedorismo, as outras atividades cívicas, religiosas, etc., etc., e como é referido no documento em discussão, pretende-se potenciar a atração de jovens para o Município. Não é, certamente, Senhora Presidente, com esta metodologia. Se não fomentamos o empreendedor e o empreendedorismo, temos lá uma verba, acho que é de vinte mil euros, uma coisa insignificante, a criação de emprego, a criação de novas micro empresas, ou pequenas empresas, dificilmente lá iremos e



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os jovens não virão com certeza. -----

----- Por outro lado, os recursos destinados às pessoas mais vulneráveis são os que estão dotados de menores valores. Na Educação, por exemplo, o valor da componente de apoios e transporte, e o transporte tem uma verba bastante elevada, representam catorze por cento do investimento nesta área. O resto é betão. Eu reconheço que as escolas precisam de obras. Mas as pessoas também precisam de apoios, e numa altura destas, cada vez mais. -----

----- A Ação Social representa um investimento de cerca de zero vírgula dez por cento do orçamento. A Ação Social. Apetece-me perguntar, Senhora Presidente, as nossas crianças e municípios mais desfavorecidos não merecem mais? -----

----- Não posso deixar de referir pela positiva que finalmente se prevê a criação do Conselho Municipal da Juventude. Com muito atraso em relação às obrigações legais, o que já vínhamos alertando continuamente. Mas, vá lá, previsto, pelo menos está. -----

----- Além disso, temos pelo menos duas situações estranhas. Uma, no Mapa de Pessoal. Há dois lugares já providos de Técnicos Superiores de Comunicação e prevê-se a contratação de mais um Arquiteto de Design, enquanto na fiscalização das obras temos um só Técnico sem previsão de qualquer reforço nesta área. Ora, num Município onde a construção clandestina prolifera, com prejuízos claros para os cofres da edilidade, que não pagam o IMI, e isto eu tenho conhecimento pessoal porque andei a fazer avaliações e sei a quantidade de construção clandestina que há no Município, reforçamos a comunicação/publicidade em desfavor da fiscalização das obras, portanto, de receita. -----

----- A dotação orçamental visível, de cerca de cinquenta mil euros, porque depois há sempre os outros, para as atividades de promoção e divulgação, na minha perspetiva, e volto a referir, na minha perspetiva, é um absurdo. Só a verba destinada a esta rubrica representa trinta e seis por cento do valor previsto para transferência para as Juntas de Freguesia, em dois mil e catorze, o que quer dizer que é um valor superior à transferência que a Câmara irá efetuar para qualquer Junta de Freguesia. São cento e trinta e poucos mil euros para as juntas todas, cinquenta mil para promoção, portanto, nenhuma Freguesia terá tanto dinheiro como a promoção. Eu parece-me que é um aspeto que devia ser relevado e que teríamos alguma obrigação de analisar com alguma equidade. -----

----- Não podia deixar de lembrar Vossa Excelência do seguinte. As autarquias portuguesas assinaram, ou comprometeram-se no pacto dos autarcas, a desenvolver cidades sustentáveis, melhorando a sua qualidade ambiental, o que deveria configurar nas GOP e orçamento com valores elevados. Já alertámos no decorrer dos últimos anos que a Câmara não tem cumprido esse compromisso e continuará a não cumprir, e agora, com a conivência do PS. -----

----- Agora, sim, e para concluir, nas GOP apresentadas, o valor realizado já faturado corresponde a cerca de onze milhões e meio de euros, pelo que o valor total propagandeado é uma ilusão. O valor a realizar previsto nas GOP para dois mil e catorze é indicado na coluna respeitante ao financiamento definido para os anos dois mil e catorze e pontualmente dois mil e quinze, ou seja, o que efetivamente a Câmara se propõe realizar são cerca de catorze milhões e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

meio de euros em dois mil e catorze e quinhentos e quarenta em dois mil e quinze. O que se pretende transmitir para o exterior, para os menos familiarizados com estas questões, é que o valor total previsto nas GOP é de vinte e seis milhões. Efetivamente é, pela lei. O que não corresponde ao que se prevê realizar efetivamente em dois mil e catorze, pois o valor previsto para dois mil e catorze é somente de cerca de catorze milhões e meio de euros, uma vez que a parte restante já está realizada, ou se pretende realizar só em dois mil e quinze. -----

----- Se tivermos em conta as PPI, este valor ainda baixa mais cerca de quatro milhões e meio de euros. Muito obrigado."-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: -----

----- "Senhor Deputado. Quem não gostaria de fazer um orçamento mais elevado? Plurianual, como o Senhor referiu, e bem. Mas para isso era preciso que nós soubéssemos exatamente com o dinheiro que poderíamos contar, porque sem isso, nada feito."-----

----- Desde dois mil e oito, até agora, das transferências provenientes do Estado, o Município de Anadia tem a menos, a receber, um milhão e meio. Portanto, como é que é possível fazer orçamentos plurianuais se ano após ano, incluindo este, para dois mil e catorze, o Município de Anadia irá receber menos duzentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e seis euros. Portanto, isto é uma realidade. -----

----- Eu disse, e bem, que o nosso orçamento, essencialmente, tinha em conta as receitas e, portanto, com as receitas temos que contar com estas transferências do Estado, essencialmente com as receitas que provêm dos impostos e também com receitas essencialmente dos fundos comunitários. Eu já disse isto várias vezes, e não me canso de o repetir, que, de dois mil e oito até hoje, nós realizámos em investimento, pese embora o Senhor diga que é só betão, ou seja, só asfalto, sessenta e um milhões, zero cinquenta e oito mil euros. Valores de empréstimos contraídos entre dois mil e oito e dois mil e treze, foram três milhões, setecentos e noventa e dois mil, o que quer dizer que a Autarquia, no fundo, teve que assumir mais de cinquenta e sete milhões de euros. Portanto, de onde é que ele veio? Obviamente com recursos a financiamentos de fundos comunitários. -----

----- Se estamos num final de um quadro comunitário, o QREN dois mil e treze devia encerrar em dezembro deste ano. Teve um atraso de dois anos, com elaboração de novos regulamentos, mais regulamentos, e portanto, neste momento, supostamente, estará adiado, física e financeiramente, até dois mil e quinze. -----

----- Também lembro, que ainda não há muito tempo, por orientações governamentais, foram retiradas aos municípios verbas que seriam aplicadas ao empreendedorismo e ao impulso jovem. A isso, o resultado foi praticamente nulo, e daí resulta um saldo, em termos de fundos comunitários, que hoje, para não ser devolvido à Comunidade Europeia, será obviamente colocado à disposição dos municípios para que a esse mesmo possam recorrer. Em *overbooking*, ou outro sistema que lhe venham a chamar. Os municípios que poderão ter uma mais valia de recursos a esses financiamentos serão aqueles que melhor taxa de execução demonstrarem, o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que é o caso, felizmente, e congratulamo-nos por isso, o Município de Anadia, nomeadamente no Mais Centro e no POVT. Portanto, serão as prioridades para os Municípios com melhor taxa de execução e eventualmente aqueles que tivessem menos atribuição de comparticipação *per capita*, e aí, obviamente, em termos da região centro, estaremos um bocadinho atrás. -----

----- Portanto, para lhe dizer que para orçamentos plurianuais precisávamos, em bom rigor, de saber com aquilo que poderíamos contar. O que não é o caso. O próximo quadro comunitário – o QREER dois mil e vinte -, diz-se que irá começar no segundo semestre de dois mil e catorze. Mas se o outro demorou dois anos a começar, portanto, não acredito que o QREER dois mil e vinte possa começar no segundo semestre do próximo ano. Portanto, se não forem esses financiamentos, e a possibilidade de os municípios poderem recorrer, venha o que vier, não há possibilidades de o município ter receitas que possam sustentar os projetos que bem ambicionava executar. -----

----- O planeamento quando fala é para o mandato, o mandato é de quatro anos, portanto, teremos outros orçamentos pela frente e ansiosamente esperamos que haja a possibilidade efetivamente do tal recurso a esses fundos comunitários, porque as transferências da Administração Central serão cada vez menores. E serão retiradas verbas, como é o caso à gestão do próprio Velódromo, que competiria ao Estado garantir o financiamento para a gestão daquele equipamento e que hoje diz claramente também não temos dinheiro.-----

----- Quando refere na questão das águas, isto também comentando algumas coisas que fui retirando na monitorização e controlo do sistema, se calhar, distraidamente não se apercebeu que no próprio PPI estão rubricas atribuídas para a monitorização e sistema de controlo e gestão e sistema de desinfeção de água. -----

----- Na ação social, quando diz que não merece mais, a ação social merece isso e muito mais, e claramente, se houver disponibilidade do município, mesmo quanto mais não seja no âmbito de uma revisão orçamental, se, porventura, haja algum saldo da conta de gerência, por que não também reforçar essa rubrica. -----

----- Mas, sabe que há rubricas que não é possível, de todo, fazer a leitura apenas com dinheiro. É o caso dos benefícios que se dão às pessoas nas isenções de ramais de saneamento, nas isenções de ramais de água, nas isenções que nós fazemos neste momento através de regulamentos próprios que temos de apoio às famílias carenciadas, na possibilidade de ser atribuída a contabilização através do primeiro escalão de água, na comparticipação dos medicamentos. E, portanto, para além do Fundo Social. E tudo isso representa investimento que de todo não aparece aqui contabilizado neste orçamento, como também não aparecerá, por exemplo, os valores que são atribuídos às famílias, ou aqueles valores que não são cobrados às famílias, no que toca às isenções das famílias na comparticipação de refeições, em que a Câmara claramente, neste momento, no que toca à educação, assumirá, por certo, mais de cinquenta por cento das refeições aos alunos deste concelho, no que toca aos jardins-de-infância e ao primeiro ciclo. -----

----- Portanto, Senhor Deputado, relativamente à ação social quero dizer que não é só com



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

números que se contabiliza os apoios. É muito mais do que isso e, portanto, é muitas vezes até estar no terreno e fazer determinados encaminhamentos, até das próprias famílias. Tudo isto são políticas sociais que têm que ser implementadas. -----

----- É o caso do empreendedorismo. Se os próprios empreendedores não têm possibilidade de recorrer aos fundos comunitários, porque depois não têm possibilidade de ter a cobertura da respetiva banca, obviamente que também não conseguem construir as suas empresas como seria desejável. Portanto, o empreendedorismo, ou a dinâmica que temos que implementar relativamente ao empreendedorismo não se mede, obviamente, só com euros. Tem que ser muito mais do que isso e, portanto, tem que ser com outras intervenções e outras políticas mais próximas dos nossos empresários. -----

----- No que toca ao mapa de pessoal, reconheço as suas críticas, ou os seus comentários, mas são as opções que fizemos e onde entendemos por bem que temos necessidade de algumas pessoas. Ainda há pouco alguém nos dizia, eu gostava de ter um boletim municipal ou outro documento onde pudéssemos ilustrar e ver a atividade da Câmara ou ações de promoção e divulgação para que se possa perceber quais são as atividades da Câmara. E para tudo isso é preciso, obviamente, gente com alguma experiência nestas áreas sem ter que recorrer aos tais trabalhos especializados, ou ao *outsourcing*, portanto, para que se possam prestar estes serviços. -----

----- Nada mais tenho a acrescentar relativamente ao que o Senhor Deputado referiu. São opções, obviamente, que o município propôs e, como disse, há muitas políticas e muitas medidas que são tomadas que não são contabilizadas obviamente apenas com investimento direto, ou financiamento direto por parte da autarquia."-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que, depois de cumprimentar os presentes, declarou o que de seguida se passa a tentar transcrever na íntegra:

----- "Vou inserir a minha intervenção basicamente em duas temáticas: na ação social e na morfologia do concelho de Anadia no que concerne à demografia, ao emprego e à dinâmica empresarial. -----

----- No que concerne à ação social, no discurso da tomada de posse do passado dia dezanove de outubro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal transmitiu que, enquanto Executivo, e passo a citar: "fortaleceremos o apoio no âmbito do apoio social a quem mais precisa, conscientes de que cada vez mais é necessário estar próximo das pessoas, no apoio material e no conforto que é necessário atribuir". Ora, o valor expresso no orçamento para o ano dois mil e catorze, mais concretamente nas Grandes Opções do Plano, ronda os trezentos e dois mil e quinhentos euros, isto é, cerca de dois vírgula zero seis por cento dos objetivos definidos para a estrutura de atuação da atividade municipal. Entendemos tratar-se claramente de um valor marginal, se tivermos em consideração o difícil ano que se avizinha para as famílias e para as instituições de solidariedade social, longe que estamos ainda do final da crise económica e social que o país atravessa. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No passado verão, a generalidade dos membros desta bancada visitaram praticamente todas as instituições com cariz social instaladas no concelho de Anadia. Facilmente se pode concluir que, quer o valor estimado nesta rubrica, quer as medidas de ação previstas, são insuficientes para suprir as necessidades dessas instituições, até porque cada vez mais são solicitadas a responder a novos casos de emergência social. -----

----- No que concerne à morfologia do concelho de Anadia, como é do domínio público, o concelho de Anadia perdeu, no período dos últimos dez anos, cerca de oito por cento da população em detrimento de outros concelhos limítrofes, que inclusivamente viram a sua população aumentar, e como já aqui foi referido. Tal é notório, face à fraca capacidade instalada no concelho para gerar postos de trabalho, fruto de uma inexistente política municipal ao desenvolvimento económico. Atente-se na forte taxa de desemprego, que em dois mil e treze estima-se superior a treze por cento, contrastando com o facto de há dez anos atrás termos uma situação de pleno emprego. Atente-se, também, na diminuição do tecido empresarial na ordem dos vinte e cinco por cento em apenas quatro anos, no período entre dois mil e nove e dois mil e treze. Das cerca de três mil trezentas e oitenta empresas em dois mil e nove, estamos neste momento com cerca de duas mil e quinhentas, sendo o segundo pior concelho da região do Baixo Vouga. -----

----- Questionamos, então, como pretende a Senhora Presidente da Câmara Municipal combater a desertificação do concelho, face à ausência de medidas geradoras de postos de trabalho que possibilitem a fixação de pessoas, quer jovens, quer adultos. Muito obrigado.”-----

----- Para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que proferiu as seguintes palavras: -----

----- “Penso que nos estamos aqui a repetir um bocadinho, mas pronto. Relativamente à ação social, Senhor Deputado, se alguém conhece a parte da ação social no concelho sou eu, porque até já no anterior Executivo tive a oportunidade de a acompanhar. E quero-lhe dizer, que uma coisa é o papel das instituições, e do trabalho das instituições, e outra coisa é o desempenho da própria Câmara. Mas também lhe quero dizer que temos uma rede social com quem nos articulamos e trabalhamos em rede com as próprias instituições. E, portanto, nunca ouvi, da parte das instituições, qualquer recusa, ou qualquer desconforto, relativamente a qualquer apoio que a Câmara lhe desse, ou não desse, ou lhe fosse negado. Portanto, essa situação nunca foi transmitida à Câmara diretamente. -----

----- As solicitações diretamente das instituições, lá vem mais uma vez, é a questão do betão. E tivemos várias instituições que o solicitaram. Ou através de máquinas para abrir as fundações das suas obras, ou asfaltamentos, ou uns muros, etc. E, portanto, são essas as solicitações que as instituições nos fazem chegar e não propriamente para atender à família A ou B. Porque quando nos chegam essas solicitações, obviamente que são articuladas pelos nossos técnicos da ação social e trabalhamos em rede, com todas as instituições, e que muitas vezes são encaminhadas, inclusivamente para alguns apoios, e nós para além das instituições temos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outros parceiros na rede, os Lions, os Rotarios, e por aí fora, e depois temos as lojas Salpicos de Carinho, por exemplo ali, que também dispensam roupas. E, portanto, são essas famílias todas que são apoiadas. As próprias cantinas sociais que, e bem, estão a funcionar nalgumas instituições porque elas próprias concorreram a tal. -----

----- E, portanto, aquilo que eu dizia é, este apoio social é muito mais vasto e, portanto, é preciso conhecer efetivamente as realidades do concelho. E depois quero-lhe dizer que todos os pedidos que são feitos na questão das habitações, ou seja dos medicamentos, ou seja das famílias carenciadas, ou do Fundo Social, todos eles chegam e todos eles dão entrada e todos eles são avaliados pelos nossos técnicos, que também em articulação com as instituições, e mais uma vez trabalhando em rede, e com a própria Segurança Social, são analisados, são avaliados e são presentes a este Executivo para, em conjunto, deliberar, e conforme a lei, a atribuição dos apoios que estão regulamentados, ou que o próprio Executivo decidir atribuir. ---

----- Se os trezentos e dois mil euros, não tenho presente esse valor exato, não chegarem, e se for necessário reforçá-lo, cá estaremos, porque para isso também existem as devidas alterações orçamentais e não é por isso, obviamente, que alguma família deixará de ser apoiada. Portanto, não será pela falta de verba. Nós estaremos para atender os pedidos e todos eles presentes neste Executivo. Portanto, na devida altura, serão obviamente avaliados. -----

----- Quando fala em que medidas para combater o desemprego, começando logo nós pela Câmara Municipal de Anadia, por acaso estamos a cumprir as metas que temos estabelecidas para o limite do pessoal a que temos direito, porque, se não, neste momento também teríamos que estar a despedir pessoas conforme as regras que nos são impostas obviamente pelo próprio Governo. Portanto, felizmente, enquanto autarquia, ainda temos alguma folga de ainda podermos enquadrar neste mapa de pessoal uma possibilidade de ainda podermos contratar algumas pessoas e, portanto, criar alguma estabilização obviamente de algumas famílias. -----

----- Como também lhe digo, até temos tido necessidade de recorrer a outras pessoas, nomeadamente através de POC's, ou outras pessoas inseridas através da inserção social, que a nós têm recorrido. Temos feito, inclusivamente, entrevistas para estarem a trabalhar connosco. Algumas delas, infelizmente, quando chega a hora de lhes dizer será este o local de trabalho, também se recusam a aceitá-lo. Portanto, há aqui uma série de questões muito vastas e que demorariam muito a serem analisadas."-----

----- Finda a resposta facultada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal às questões colocadas pelo Senhor Deputado Ricardo Manão, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD que disse: -----

----- "Aproveito para cumprimentar todos os presentes, deixando uma palavra também especial a alguns jovens que estão aqui presentes nesta Assembleia Municipal, e já ao fim de quatro horas ainda permanecem. -----

----- E eu começava por citar a ata número trezentos e três, na página número quatro, e, usando as palavras da Senhora Presidente, eu ia passar a ler: "apoiar e implementar políticas



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para a juventude que promovam o seu gosto pelo concelho e que estimulem a sua participação em projetos em que possam envolver a criatividade, o talento, a iniciativa, a inovação e o conhecimento". -----

----- Ora bem, eu tenho algumas dificuldades em comparar estas palavras com um documento que me foi fornecido com as Grandes Opções do Plano, uma vez que não vejo nenhuma fatia anexada diretamente à juventude de Anadia. -----

----- Reparo, também, que nas Grandes Opções do Plano, e fazendo uma pequena comparação entre o número de linhas gasto para descrever o que pensam para a juventude, esse mesmo número de linhas é inferior ao que gastam para descrever, por exemplo, as geminações. Leva-me a concluir que, provavelmente, a juventude deverá fazer parte das pequenas opções do plano. -----

----- Já sei que vão dizer que a juventude é transversal a várias áreas. Isso é o tipo de discurso normal, é o tipo de discurso de alguém que não tem, nem nunca teve, qualquer estratégia ou política de juventude para o concelho. É o tipo de discurso de alguém que ignora as taxas de desemprego jovem deste concelho, bem como a urgente importância da fixação da população em Anadia. Permita-me que lhe diga, Senhora Presidente, Oliveira do Bairro e a Mealhada também fazem parte de Portugal e não viram diminuída a sua população jovem. -----

----- Deixo uma palavra de apreço ao Conselho Municipal da Juventude. Depois de várias tentativas da JSD em implementar este órgão, dou uma palavra de apreço para que seja concluído, e espero que seja no breve prazo, e pode contar connosco para que este órgão seja dignificado e seja valorizado como uma estratégia verdadeira do concelho. Muito obrigado."-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Henrique Fidalgo, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu: -----

----- "Isto é mais um daqueles setores onde nem só com números, nem só com investimento em euros, se podem realizar políticas de juventude. E, portanto, não é possível descrever num orçamento como este documento que aqui está, a não ser que na parte da sua memória, ou na sua introdução, se elencassem uma série de ações e pudéssemos descrever de uma forma mais vasta aquilo que pretendemos implementar. -----

----- Como também disse no início, o nosso projeto é de quatro anos. Temos algumas iniciativas que serão despoletadas no próximo ano e, portanto, aí será o meu desejo, e gostarei mesmo de ver, quem são os jovens obviamente que estão dispostos a aderir às nossas políticas de juventude, ou pelo menos a experimentar-las. -----

----- Nas taxas de desemprego, como disse que temos muitos jovens desempregados, não sei se os outros concelhos têm mais ou menos. Mas o nosso lhe digo que não é alheio àquilo que se passa no país e uma vez mais lhe relembro que é as próprias políticas que estão implementadas neste país que desafiam os jovens a emigrar. Portanto, nada mais sobre esse assunto tenho a acrescentar."-----

----- Para uma nova intervenção no período de discussão do ponto dois da ordem do dia, o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou, não sem antes aproveitar para cumprimentar os presentes: -----

----- "Eu tenho estado aqui com vontade de intervir neste debate porque nós estamos aqui a discutir o documento provavelmente mais importante para a gestão do concelho para os anos vindouros. Ouvi algumas críticas quanto à falta da projeção para anos seguintes do documento, mas, e prendia-se com isso a minha intervenção inicialmente. A Engenheira Teresa tratou de elucidar que obviamente é difícil saber com o que é que vamos contar no ano seguinte, quanto mais para dois mil e quinze e dois mil e dezasseis, e por aí fora. É difícil, por várias razões. -----

----- Obviamente, nós temos um governo que não consegue fazer orçamentos e acertá-los, ainda não tem conseguido, nos últimos três anos ainda não conseguiu acertar um. Não transfere as verbas para os concelhos como devia transferir. E, depois, os seus partidos, que apoiam este governo que nos está a levar para esta sangria de desemprego e de pessoas, para além disso, ainda querem que os concelhos se substituam ao Ministério da Economia, ao Ministério da Solidariedade Social, ao Ministério da Educação, sabe-se Deus.-----

----- Provavelmente, a Câmara vai ter que fazer tudo aquilo que o governo não consegue fazer, que é parar o desemprego e a desertificação do país com a emigração que nós temos tido e com a falta, obviamente, de emprego e de crescimento que não tem sido indiferente a política que tem sido seguida pelo governo central. -----

----- Mais queria dizer que este é um orçamento que aposta na educação. A educação, como qualquer pessoa que seja um bocadinho mais letrada sabe, que é aquilo que pode levar um país a desenvolver-se, a desenvolver-se num sentido sustentado. E, por isso, dou os meus parabéns aqui à Câmara Municipal, que nos apresentaram um documento que apesar de estarmos num mar turbulento e onde o governo deste país não nos dá um rumo, no nosso concelho nós temos um rumo traçado e esse rumo é para o desenvolvimento, é para o desenvolvimento sustentado através da educação e, também, do meio ambiente. Muito obrigado."-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que disse: -----

----- "O Senhor Deputado também não me fez qualquer interpelação. Obviamente que transmitiu também o seu estado de alma, mas que é verdade e que é isso que nós sentimos. Obviamente que cada vez mais as Câmaras têm mais responsabilidade, ou mais delegações em várias matérias, e disse, e bem, na questão da parte social, ou na educação, ou na própria economia, onde todos somos chamados a intervir, todos, Câmaras Municipais, mas que financeiramente não somos recompensados, ou, pelo menos, não temos a cobertura necessária para que possamos responder a essas solicitações. -----

----- Mas, eu disse isto também no princípio. Temos que aprender a fazer mais com menos e, portanto, há muitas políticas que têm que ser implementadas e que não se medem, obviamente, só com grandes investimentos, nem com grandes euros, ou grandes quantidades



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de euros, e portanto nisso temos que aprender a ser criativos e a inovar e a desafiar, por exemplo, os nossos jovens também a partilhar connosco as suas ideias e que sejam participativos nas iniciativas que a Câmara promove para bem deles. E, portanto, nesse sentido também perceberemos quais são as suas prioridades, as suas vontades ou aquilo que bem gostariam para a dinâmica deste concelho. Não tenho mais nada a acrescentar.”-----

----- Decorrida a resposta da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que concretizou a intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, portanto, congratulo-me com o documento que me veio parar às mãos. Não sei se foi em tom de brincadeira, falou há bocado dos documentos, ou da quantidade, ou do peso do documento. A mim não me afligem as páginas dos documentos, até porque se eu ler toda a documentação destas Grandes Opções do Plano e o resto, se calhar é muito mais que as cento e sessenta páginas do outro relatório que eu tive que ler e não foi por causa disso que eu o li com todo o cuidado que merece, apesar de ser algumas com menos dois meses de trabalho. -----

----- Nós ainda não falamos aqui de nada que tenha a ver com governos. Nós só tivemos a fazer comparações com concelhos vizinhos. E esse relatório é excelente nesse nível de investimentos. E há aqui algumas incoerências porque, pelos vistos, havia um plano de ação Anadia dois mil e treze/dois mil e dezassete, mas pelos vistos não há plano financeiro. -----

----- Havia um plano de desenvolvimento, que se projeta no futuro como garante da promoção do desenvolvimento económico, a valorização dos recursos locais, enfim. Só que eu olho para estas Grandes Opções do Plano, e das dezanove rubricas que aqui estão, vamos falar de quatro, ou seja, vinte e um por cento destas rubricas têm um valor ou um peso inferior a meio por cento. Falo de Agricultura, Pecuária, Silvicultura e Pesca, Mercados e Feiras, Turismo e Outras Funções Económicas. Ou seja, vinte e um por cento das Grandes Opções do Plano que aqui estão coincidem com menos de dois por cento do valor financeiro. Estranho esta discrepância e como é que é possível promover desenvolvimento. Às vezes utiliza-se esta palavra e muita gente não sabe o que é que ela quer dizer. Só advirto que tem um prefixo negativo atrás. -----

----- Depois, há muita coisa para fazer relativamente aos desafios. Nas nossas freguesias, basta ver os dados, também, as políticas de urbanização (eu gosto muito desta questão do esforço e da justificação do cimento), há freguesias no nosso concelho que têm dezanove por cento dos alojamentos familiares vazios. Devia ter havido alguma coisa relativamente, alguma área relativamente a isto. E pasme-se, para meu espanto também, o grande regozijo que eu hoje tenho num comentário que foi feito sobre a questão do meio ambiente, parece que está toda a gente satisfeita com o valor, ou com a percentagem que foi atribuída, quando efetivamente em orçamentos anteriores estas forças se mostraram sempre contra, porque eram valores reduzidos e percentagens reduzidas. Agora que diminuíram e as percentagens reduziram, são a favor. Não sei efetivamente como é que nós podemos justificar uma coisa destas. Mas, prontos.

----- Já agora, a Senhora Presidente falou há bocado numa resposta a uma intervenção do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colega Sidónio, Deputado, é preciso um esforço para educar as pessoas. Efetivamente, eu concordo consigo, mas não vi, nem nas Grandes Opções do Plano, nas questões relacionadas com a educação e a sensibilização ambiental.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a resposta que se segue: -----

----- “Não tenho muito mais a acrescentar. Aquilo que eu disse inicialmente, olhe, temos catorze milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta de receitas correntes, portanto, no total, vinte e quatro milhões novecentos e trinta e oito. Essa é que é a realidade e é o valor que temos que distribuir. -----

----- Portanto, quando o Senhor Deputado sugere obviamente outras opções, concordo, seriam se calhar as suas opções, ou as opções do seu partido, e, portanto, as vossas prioridades. Neste momento, as nossas prioridades são estas, e como eu já expliquei, também se calhar um bocadinho ao encontro de ir buscar participações que possam fazer face a alguns investimentos que possamos realizar e que nos possam libertar verbas para outras situações, ou para outras ações que gostaríamos de realizar. Como não encontro forma de fugir a isso, vamos ter que ficar por estes valores neste momento e, portanto, como lhe disse, se não tivéssemos a possibilidade, ou pelo menos não nos tivesse sido dada indicação que haverá a possibilidade de recorrermos aos fundos comunitários dentro de determinados eixos, se calhar teríamos feito as outras opções. Mas como nos deram indicação que as prioridades podem ser essas, nem que seja em documentos previsionais e valores previsionais, são esses que temos que arriscar de forma a podermos ir buscar fundos, como disse, e repito, que nos possam fazer face a outras ações e a outras medidas que gostávamos de implementar. -----

----- O plano de ação, como referiu, é um plano para quatro anos e, portanto, vamos construí-lo ano a ano, e passo a passo, com a responsabilidade que nos é devida, sem comprometermos o futuro nem a gestão do nosso concelho, e da nossa Câmara Municipal. -----

----- Educação e sensibilização ambiental...! Começa logo com projetos que temos nas escolas e que obviamente, dentro do plano de atividades da parte da educação, temos estes projetos de educação e sensibilização ambiental e que promovemos, por exemplo, com as escolas do primeiro ciclo. É um passo que já vem de trás e que vamos continuar e que lhe vamos dar outra dinâmica.”-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, a solicitação deste, que efetivou a intervenção: que se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- “Eu quero confessar que embora considere que o tempo vai passando, hoje vou daqui muito contente porque aprendi algumas lições. Uma delas até me lembrou os meus velhos tempos de miúdo, em que andava na Faculdade de Direito em Coimbra. Mas obrigado por isso mesmo. -----

----- Queria aqui deixar algumas reflexões porque isto já aqui foi dito hoje, e eu não arredo um



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

milímetro dessa questão, é uma questão política o que estamos a discutir. E como é uma questão política, eu acho que ela está muitíssimo bem entregue. Foi assim que o povo quis. Não há dúvida nenhuma sobre esse aspeto. O povo, efetivamente, deu uma maioria e balizou, obviamente, as opções para essa maioria poder apresentar os seus orçamentos, os seus planos e os seus projetos. -----

----- É óbvio que também concordo com aquilo que foi aqui dito. Gostaríamos que fosse muito mais. Todos nós gostaríamos, até em nossa casa. O problema, é que embora custe muito a alguns ouvirem a questão dos partidos políticos, é que nada se faz, ao nível do concelho, sem o aval do governo, sem o espartilho em que nós estamos, quer politicamente, quer financeiramente. -----

----- E vou dar só dois ou três exemplos que a mim me parecem extraordinários. Nós levámos dez anos a discutir a escola nova, a chamada Escola Básica e Secundária de Anadia, dez anos! O governo levou dez dias para a mandar parar. E ao fim deste tempo todo, continua o betão a apodrecer, o ferro a apodrecer, e o Estado a pensar se há de ou não há de efetivamente fazer alguma coisa por aquela obra, e se há de ou não há de voltar a entregar a Bruxelas o que já lá gastou, ou os dinheiros que vinham para aquela escola. Isto sim, era uma excelente política de educação no nosso concelho. Isto que fique bem claro, nós iríamos ter, porque não sabemos quando é que vamos ter, uma das maiores escolas do país, uma das escolas mais bem apetrechadas do país, uma escola que nos propiciasse, a nós, professores, aos alunos, aos nossos alunos, efetivamente um ensino de extrema qualidade. Porque já há mais de quinze anos que nós andávamos a pugnar por escolas novas. Mas, parou. Portanto, não é culpa da Câmara Municipal, nem é culpa da Assembleia Municipal. -----

----- Senhora Presidente disse isto, desculpe Senhora Presidente se vou dizer alguma questão meia inconveniente, mas Vossa Excelência já falou nisso, nós até demos os terrenos para a escola ser implementada antes de haver qualquer outro acordo. Portanto, estamos muito à frente também nesse sentido. -----

----- Empreendedorismo, é uma coisa que eu acho engraçadíssima. E gostei muito de alguns números que ouvi aqui hoje. Se calhar, aqueles números, hoje, e não o ano passado ou há dois anos atrás, seriam muito diferentes, basta a gente ir aqui a um dos concelhos que tanto aqui se tem propagado hoje, para vermos as zonas industriais fantasmas em que se tornaram as zonas industriais que há dez anos eram as coisas mais prósperas à porta da Europa, anunciei-o eu vários domingos seguidos à rádio a que fazia referência e a que pertencia, às portas da Europa nós vendíamos uma zona industrial. Hoje vendemos zona industrial fantasma, onde a maioria das suas empresas estão na falência. Mas nós aqui também temos zonas industriais, só não temos é empreendedores para lhes pegar. Por quê? Porque perdemos por ações que nos levantaram, que afinal não deram nada em tribunal, mas que nos fizeram perder anos e anos, nós deixámos de ter zonas industriais onde se calhar hoje também tínhamos esses fantasmas das empresas que se constituíram e que abriram falência. -----

----- A juventude, eu não queria muito falar de juventude. Eu tenho dois filhos e ambos foram



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

convidados a emigrar. O convite é claro, emigrem que é o futuro dos jovens neste país. Um deles emigrou e a outra, se calhar, vai pelo mesmo caminho. É esse o futuro de Anadia muito próximo. Nos Censos de dois mil e dez eu tinha quatro pessoas na minha família, no meu agregado familiar, melhor dizendo. Peço desculpa. Hoje, tenho suas porque efetivamente os outros estão emigrados, ou vão emigrar. -----

----- Portanto, eu queria, Senhora Presidente, depois destes pequenos considerandos, porque eu não queria alongar-me muito nesta sessão que já vai longa na discussão deste ponto, dizer-lhe o seguinte: eu queria felicitá-la, embora eu ache que não é uma questão de princípio, porque Vossa Excelência tendo estado tanto tempo à volta com estas coisas mesmo não sendo a Presidente da Câmara, não nos poderia apresentar um outro orçamento que não fosse um orçamento de equilíbrio e de rigor. -----

----- A Câmara Municipal de Anadia é conhecida por esse país fora pelo seu equilíbrio e pelo seu rigor, por não gastar o que não tem. Nós gostávamos muito de fazer mais, todos nós, mas não temos capacidade porque não nos dão essa capacidade. E, portanto, eu considero, e o Grupo Municipal do MIAP também considera, que efetivamente este plano que temos aqui à nossa frente é um plano de objetividade. Nós temos um determinado bolo e temos que o repartir, segundo aquilo que nós consideramos importante. Por favor não levem a mal o que eu vou dizer, é quase como a garrafa do vinho, há quem considere que é importante e há quem considere que não é importante. -----

----- Portanto, Vossa Excelência, e aqueles que estão consigo, consideraram efetivamente as importâncias deste orçamento, ou deste plano, e, por isso, nós estamos na realidade também consigo e com as suas decisões. E não nos preocupam, tão pouco, as ameaças, nem nos preocupam, tão pouco, as intimidações, estamos é disponíveis para todos os desafios. Muito obrigado.”-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que referiu: -----

----- “Não tenho qualquer esclarecimento. O Senhor Deputado também transmitiu aquilo que entendia sobre algumas matérias e, portanto, penso que foi esclarecedor. Nada mais tenho a acrescentar e penso que foi ao encontro daquilo que também expus ao longo deste tempo sobre esta matéria.”-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- “Senhora Presidente, já vai longa esta discussão, mas não podia deixar passar sem duas ou três notinhas, práticas, de um documento que é, de facto, transversal, abrangente e com tantas dúvidas. Não fosse a Senhora Presidente tão somente uma cidadã de Anadia, que encabeça um movimento independente, que por acaso ganhou as eleições, por acaso, sem dúvida. Sem dúvida ganhou as eleições. Não fosse somente esse aspeto, mas também acumular com experiência garantida, longa, da vida desta autarquia. E, portanto, apresenta-se para este



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mandato de quatro anos com um orçamento para o próximo ano com um desconhecimento da realidade, que eu acho que não é legítimo, porque a Senhora Presidente conhece bem a realidade do concelho de Anadia, conhece bem o concelho de Anadia. E este orçamento faz jus ao relatório da região de Aveiro que o meu colega José Carvalho falou, que diz que Anadia é um município altamente dependente de dinheiros públicos. E é verdade. A Senhora Presidente não se cansou, ao longo deste debate, de dizer que se houver comparticipação, se houver delegação de competências do Governo, nós vamos fazer, nós vamos fazer. -----

----- E, portanto, a minha dúvida é esta, e o que é o concelho de Anadia? O que é que vale o concelho de Anadia? O que é que se aprendeu com o concelho de Anadia, que seja estratégico e altamente potenciador, para que nós possamos olhar para dentro e dizer assim, se o Governo falhar, esse maldito, porque fala-se tanto agora do Governo, é tudo mau, mas do Governo voltaremos a falar em dois mil e quinze, não é agora. E, portanto, a ideia é esta, o que é o concelho de Anadia? O que é que nós podemos fazer em conjunto, em Anadia, por Anadia? E isso está dependente de, se houver comparticipação, se o QREN der. -----

----- E, depois, há aqui um aspeto fundamental, que é, a Senhora Presidente já não vai ter oportunidade de ser a autarca empreiteira, o seu antecessor foi, a Senhora Presidente vai ser a autarca dinamizadora. Foi isso que prometeu ao seu público eleitor. A Senhora Presidente, conhecendo bem o concelho, disse ao seu público que ia potenciar o concelho, que ia dinamizar o concelho, que ia humanizar o concelho e mais qualquer coisa que me esqueceu. Quatro..., valorizar, faltou-me esse, valorizar. -----

----- Portanto, valorizar com o que eventualmente se construíram ao longo destes quarenta anos, não vou mais para trás, quarenta anos. E, portanto, seria altamente importante saber, neste momento, por onde é que nós vamos. E essas opções deviam estar aqui manifestas neste documento, e não estão. Porque a Senhora Presidente não foi apanhada de surpresa, portanto, sabia que dois mil e treze teve parte num orçamento que daria lugar a um orçamento para dois mil e catorze e, portanto, havia aqui dúvidas e opções que deviam ter sido faladas. -----

----- Uma delas, por exemplo, foi, como não tem a certeza se vai haver transferências, ou não, do Governo e comparticipação de todos os planos financeiros de enquadramento financeiro, a Senhora Presidente vai penalizar os munícipes, vai aumentar a água, vai aumentar o saneamento, etc., etc., vai aumentar. Todos os anos aumenta, mas neste caso não deixa margem para dúvidas de que vai haver aumentos dessas tarifas, no fundo, para perspetivar investimentos, etc., etc.-----

----- E, portanto, esses investimentos, claro que se fossem, por exemplo, falando da água e de saneamento, para substituição das condutas do saneamento tão faladas e em voga nos últimos momentos, porque a rede estourou por todos os lados, em Sangalhos, e não só em Sangalhos, Sangalhos que conheço, todos os dias era mais do que uma rotura na rede. E, portanto, o que é que se faz? Não há um plano de substituição da rede, há a substituição e o remendo, digamos assim, da rotura no local. -----

----- Portanto, já a Senhora Presidente na reunião de Câmara onde foi abordado este ponto deu



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nota disso, que não há um plano, não há um conhecimento da rede, etc., etc., e que a rede ia sendo substituída e disso ia sendo feito um descritivo e um plano, no fundo, municipal do que é que estava. Portanto, nós sabemos, eu sei, já me foi dito, e eu já vi pelo menos uma rotura a ser remendada e, espanto-me eu, material de fibrocimento, hoje. E, portanto, a pergunta que lhe deixava é assim: há mais rede de abastecimento de águas neste tipo de material? E onde é que estão sediadas? -----

----- Depois, Senhora Presidente, ainda repescando um bocadinho esta situação da água, só para entrar aqui em duas situações e que têm a ver com o plano de pessoal. Horas extras e a contratação. A Senhora Presidente, neste orçamento para dois mil e catorze, vai aumentar o plano de horas extras em vinte mil euros. Ora, num ano em que todos os funcionários públicos vão trabalhar mais uma hora por dia, já estão a trabalhar creio que em Anadia mais uma hora por dia, no ano em que as horas extras sofrem um corte brutal de cinquenta por cento, média, portanto, como é que é possível, enquadrando isso, aumentar em vinte mil euros as horas extras. Portanto, tem que haver uma necessidade premente de tal prestação dos funcionários. Uma delas que me chamou a atenção numa intervenção sua na Câmara Municipal que tem a ver com as horas extras que são aplicadas aos piquetes que vão consertar as roturas de água. Só por aqui. Devem estar previstas tantas para dois mil e catorze que, então, as pessoas vão trabalhar mais. Pedia-lhe este esclarecimento. -----

----- Depois, contratação de funcionários. A Senhora Presidente diz que, de facto, tem carência ao nível dos assistentes operacionais, condutores de pesados, etc., etc.. Ainda hoje focou o aspeto de que teria necessidade de funcionários para o saneamento, etc., etc., e depois fala-me aqui, vai contratar um arquiteto paisagista e um arquiteto de *design*. Para aplicar em quê? Em que projetos? Depois, deixe-me entrar aqui, também, num desígnio, que eu continuo a bater no vinho.-----

----- Quer se queira, quer não, há quem goste mais, há quem goste menos, eu gosto de falar do vinho e também aprecio. Feira do Vinho e da Vinha. Dois mil e treze a Senhora Presidente gastou, o Executivo passado gastou quase trezentos mil euros na Feira. E prevê ir buscar de receitas cento e cinquenta. Para dois mil e doze desce a fasquia. Não pode ser. Aqui devia ter pelo menos mantido e devia dizer, claramente, se vai buscar cem mil euros para pagar os duzentos mil que pretende de custos para a Feira do Vinho e da Vinha, se pretende ir buscar só cem mil euros, onde, ou se pretende mais? Devia dar aqui uma aposta clara nesta Feira, porque ela é estratégica, é potenciadora do concelho de Anadia. E, portanto, isto é transversal para o plano, no fundo, que está definido na cultura do concelho. O plano, o que é que se pretende, como é que se vão fazer as coisas, que indícios é que nós podemos ter neste orçamento, que não está, e que devia estar. -----

----- Depois, QREN. Fala-se muito do QREN, QREN, QREN, mas quinze a vinte por cento do investimento é sempre da autarquia, que devia ser o primeiro passo. A Câmara já sabe que para cada investimento participado tem que investir capitais próprios, portanto, devia dar aqui, não estar à espera da abertura dos financiamentos, mas mostrar trabalho. E, portanto,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este é um orçamento que foi rotulado, em sede de discussão camarária, como um orçamento, e já aqui, de responsabilidade, consensual, etc., mas não é nada disso. É um orçamento mitológico. Assenta num permissivo de que se nos derem nós fazemos, se não derem nós não fazemos. E mal estarão os munícipes de Anadia que não veem solução. -----

----- E deixava só esta pergunta, que é: com tal indefinição, e com tanta necessidade de capitais públicos, quanto é que a Câmara gasta para recuperar um euro de investimento? É uma pergunta básica. Por cada euro investido quanto é que a Câmara recolhe? E ficava por aqui. Obrigado.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal que, em resposta às questões apresentadas pelo Senhor Deputado, referiu:

----- “Pois, eu por conhecer um bocadinho a realidade, e já esperava que este ano obviamente tivéssemos menos receitas, no período de campanha eleitoral propus menos investimento e propus realmente aquelas frases, que eram as tais dinamizar, humanizar, capitalizar e valorizar, em que, como já disse atrás, para muitas destas situações não é preciso investir, obviamente, tanto investimento puro, em dinheiro, para realizar determinados projetos, ou determinadas ações. E, portanto, quando as propus, é porque tinha a certeza, ou tinha quase a certeza, que este ano dois mil e catorze não iria ser obviamente tão benéfico para o município em termos de dinheiros públicos. -----

----- Porque é disso, Senhor Deputado, que dependem os municípios. Obviamente têm que ter as suas receitas próprias, mas não chegam. Não há município nenhum neste país que não dependa dos dinheiros públicos e das transferências do Estado e das comparticipações. Esta é a verdade. E só assim é que conseguem. E de tal maneira alguns ficaram endividados, que ainda precisaram de mais um reforço de dinheiros públicos, e de cofinanciamentos através do PAEL e por aí fora, para conseguir cobrir as dívidas que eles próprios não tinham capacidade de as cobrir. E nós, Município de Anadia, inclusivamente, somos penalizados porque a esses financiamentos nós não temos acesso a eles, porque obviamente não necessitamos deles, mas somos penalizados inclusivamente quando queremos, eventualmente, contrair outros empréstimos e a eles nós não temos direito porque, enfim, estamos a contribuir para a dívida deste país. Quando na realidade aquilo que nós temos feito é usar esses dinheiros públicos, efetivamente, para investimento. -----

----- Quando me pergunta se faz as contas quanto é que resulta de um euro de investimento, ó Senhor Deputado, há coisas que não se conseguem contabilizar. Quando nós investimos na cultura nós não estamos a fazer contas àquilo que vamos ter muitas vezes em termos de receita. Mas são as nossas políticas culturais e são as políticas sociais e são as políticas para a juventude que não têm retorno financeiro. -----

----- Mas é isso que os municípios têm que praticar, políticas sociais, políticas de juventude, políticas culturais, políticas desportivas. E isto, efetivamente, tem investimento mas não tem efetivamente o correspondente retorno financeiro. Não pode, não tem, nem é possível, acho,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que aos municípios terem, sob pena de não fazerem nada. Não poderiam, obviamente, ter estas medidas, nem as implementar. -----

----- Como há coisas que o Senhor falou, que vai-me desculpar, eu na reunião de Câmara não disse que nós não tínhamos nenhum plano das redes de águas, aquilo que eu disse é que nós das redes atuais temos os levantamentos de todas as redes porque temos projetos, porque eles são informatizados e estão nos computadores e, portanto, facilmente temos a eles. Mas nós infelizmente ainda temos redes com trinta e quarenta anos, em que na altura ainda se faziam em papel, ou em esboços, e dessas redes mais antigas aquilo que eu disse é que não tínhamos cadastro dessas redes, e não disse que não tínhamos planos de redes. -----

----- Quanto às horas extras que o Senhor diz que aumentamos mais vinte mil euros, eu diria nós reduzimos em termos de horas extras e vamos fazer os possíveis ainda, pese embora o valor que está lá apontado e como valor previsional, se o pudermos reduzir, reduzimos. Também disse que essas horas extras são aplicadas em piquetes, em horas que temos que pagar aos nossos funcionários para andar a fazer as roturas, obviamente, para roturas de ramais de água, de condutas de água que muitas vezes acontecem e são imprevistos. -----

----- Mas também é verdade que muitas dessas horas extras são pagas felizmente aos nossos funcionários, e pese embora o custo da hora extra ser cada vez mais reduzido, ainda se disponibilizam e ainda aceitam fazer pelo valor que hoje a lei, no fundo, lhes dá, praticar essas horas, por exemplo, no Cineteatro, no Velódromo, na Biblioteca, nas Piscinas, e por aí fora. Porque não temos outros recursos humanos para fazer face a essas ações ou a essas horas onde temos outras atividades culturais e desportivas onde temos que ter gente e voltamos ao mesmo, como não temos hipótese de contratar tanta gente, ou usamos essas pessoas e que de forma quase voluntariosa, e digo voluntariosa porque nem todos hoje estão disponíveis para esse valor de hora que, no fundo, a lei atribui para as horas extraordinárias poder realizar essas horas, sob pena de termos de contratar equipas de gente ou empresas que façam essa vigilância. -----

----- Quando disse há pouco, e bem, a colega, a Deputada Graciete, mas é tanto em limpeza e serviços. É verdade, nós temos de contratar gente para fazer a limpeza dos edifícios. Também é verdade. Portanto, mas quando toca a pagar a empresas externas, em que nós efetivamente vemos o que isso nos custa, é que damos valor àquilo que temos que investir. -----

----- Da feira da Vinha e do Vinho, bem, não vale a pena estarmos a falar mais sobre o assunto. A seu tempo veremos obviamente os retornos que esperam. Relativamente ao programa da Feira da Vinha e do Vinho, o que se passou há dois anos, passou. O que se passou o ano passado, passou. E o próximo ano vamos ver daquilo que somos capazes de fazer e aquilo que somos capazes de dinamizar. -----

----- Quanto àquilo que diz, mas devia fazer assim, devia ter ali, ou devia ter acolá, voltamos outra vez ao mesmo, isso seria assim se fosse o seu orçamento, ou se fosse o orçamento da sua bancada. Neste momento foi o orçamento proposto pelo Executivo, pelo MIAP, e da qual penso que a bancada aqui presente também, obviamente, e daquilo que já manifestou, votará e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

concorda com as opções que foram apresentadas. -----

----- Agradeço, obviamente, a dispensa de tempo que já foi aqui concedida pela bancada. -----

----- E, já agora, permita-me só acrescentar aqui uma questão que nem sequer foi referida, que é inclusivamente naquilo que despendemos, mesmo nestas questões também de horas extraordinárias, muitas vezes até para a própria recolha, por exemplo, dos resíduos sólidos urbanos, onde os temos de transportar aos aterros sanitários e, portanto, que são investimentos elevados e que, mesmo assim, também aquilo que pagamos à ERSUC representa um valor bastante avultado em termos de tratamento dos próprios lixos. E, portanto, também era aqui um valor que gostava de referir e que penso que até passou despercebido. Não sei se terá passado despercebido ou nenhuma das bancadas o quis referir.”-----

----- Finalizada a resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal relativamente à intervenção do Senhor Deputado Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Rafael Timóteo, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou: -----

----- “O nosso colega Artur Salvador diz que tomou posse na CIRA, mas deve ter sido há pouco tempo. E deve ter sido há pouco tempo, e eu digo isto porque a sua intervenção no que respeita ao nosso concelho nos serviços de águas e saneamento, ele em breve vai ter um conhecimento alargado daquilo que se passa no resto do distrito, pelo menos, que é onde nós somos o diamante que não foi, digamos assim, engolido pela estrutura da AdRA e que anda toda a gente à guerra, naquelas assembleias, noventa por cento do tempo. -----

----- Pois muito bem, eu fico a aguardar depois a sua próxima intervenção relativamente a isto, porque há uma coisa que eu sei, ninguém trouxe para aqui dados, trouxeram dados dos concelhos vizinhos, do desemprego, tudo, dois mil e onze, seja lá do que for. Uma coisa eu tenho a certeza, que a nossa água aqui é a mais barata do distrito, é. Que é uma das mais baratas do país inteiro, também tenho a certeza. E que nós temos um serviço que funciona bem, também tenho a certeza porque sou consumidor. E realmente custa e nós queremos..., não vai aumentar a água, não vai aumentar...! -----

----- Ninguém vai aumentar nada porque não é preciso, porque o nosso sistema funciona bem, e funciona tão bem que é o melhor do distrito, e um dos melhores do país, e que obviamente se reflete nos custos que tem para os munícipes. Eu percebo que é com uma certa timidez que se fala, ah, não falámos, não trouxemos o Governo para aqui. Pois, é que o Governo do partido dos Senhores Deputados é que tem feito essas grandes opções que, pode não ser o responsável por ter trazido o país à situação em que estava em dois mil e onze, mas é o responsável por nós estarmos sem uma escola e é o responsável por termos um tribunal para fechar. E não há maneira de fugirem disso.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado António Rafael Timóteo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Artur Salvador, que prestou o seguinte esclarecimento:-----

----- “Só para esclarecer o Deputado que me antecedeu. De facto, tomei posse há pouco tempo,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dezasseis de dezembro, e só ouvi, ainda não tive oportunidade, e ainda bem que não o fiz, no ponto a seguir já vamos saber porquê, da utilização da palavra. A seu tempo depois poderei utilizar, embora já possa esclarecer, que se calhar já está esclarecido, que agora em janeiro vão haver dois momentos importantes de discussão, um deles é a contratação da AdRA e o outro é o Plano Estratégico do Hospital do Baixo Vouga. Portanto, dois assuntos no qual vamos ter uma intervenção interessante e, nomeadamente, a vossa bancada que suporta o Executivo e, portanto, também com representação na CIRA, certamente terá uma situação bastante premente a defender. -----

----- Depois, de facto Anadia faz jurisprudência no que concerne à água gratuita e etc., e eu aprecio isso. Agora, também sei que a água baratinha induz ao consumo e depois, em devida altura, das duas uma, se estivéssemos na AdRA, o que acontece aos municípios que estão na AdRA, levam com mais cinquenta por cento de impostos sobre o consumo da água. Não estamos na AdRA, o município, se calhar, encarrega-se porque, na insuficiência de receitas, vai ter que ir buscar a estes consumos. Isto é óbvio.”-----

----- Para mais uma intervenção no segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, do grupo Municipal do MIAP, que referiu: -----

----- “Eu disse há bocadinho, e quero reforçar, hoje está a ser um dia importante para aprendizagens. Há bocadito falou-se aqui de uma coisa que me parece extraordinariamente importante. Falou-se de receitas próprias, de capitalizar e falou-se que a Senhora Presidente só está à espera do que vem dos fundos comunitários. -----

----- Eu sei que os Senhores Deputados não têm estado presentes nas Assembleias de há doze anos a esta parte, mas gostaria de lhes dizer o seguinte. O IMI no concelho de Anadia está pelas taxas mais baixas do país. A água e o saneamento são também as mais baixas do país e em relação a todos esses concelhos que Vossas Excelências falaram há bocadinho. A derrama é feita pelos valores mais baixos. -----

----- Portanto, aquilo que a Câmara recebe de dinheiros próprios, de capitais próprios, são efetivamente valores reduzidos. E foi assim que até agora as Assembleias Municipais o entenderam, sob proposta do Executivo. Às vezes, até havia nas Assembleias quem queria ainda diminuir mais estas prestações. -----

----- Ou seja, eu não consigo perceber como é que nós querendo que os munícipes paguem menos, queremos que a Câmara tenha mais. Há aqui qualquer coisa que está em contraciclo. Ou, então, já percebemos. O que efetivamente vai acontecer é que no futuro vão aparecer aqui propostas para aumentarmos o IMI, para aumentarmos a água, para aumentarmos o saneamento, para aumentarmos a derrama, enfim, para pertencermos à AdRA e a todas essas situações que são extraordinárias para levar dinheiro. -----

----- Já percebi isso tudo porque felizmente, e a Senhora Presidente se eu estiver a mentir por favor chame-me os nomes todos, felizmente o concelho de Anadia, por exemplo, no que diz respeito a água, ainda tem para hoje, para amanhã, e se calhar até domingo ao meio dia, não



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sei, mas pronto, se calhar em relação a isso. -----

----- Portanto, podemos continuar a ter os preços que temos, a qualidade que temos. E também reconhecemos, gostaríamos de ter menos roturas, mas isso são questões que têm a ver com a capacidade que há para repará-las e, também, como a Senhora Engenheira já disse, com o facto de algumas serem efetivamente muito antigas. Começaram com dois ou três quilos e agora já vão para aí em oito quilos de pressão, portanto, é natural que não se aguentem. -----

----- Portanto, eu hoje aprendi uma coisa. No futuro, nós vamos ter aqui, quando discutirmos determinadas questões, pessoas a propor que os munícipes de Anadia paguem muito mais que é para a Câmara Municipal poder capitalizar muitíssimo mais. Muito obrigado.”-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado Luís Santos, do Grupo Municipal do MIAP, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que disse: -----

----- “Para terminar, só dizer, em complemento, que obviamente a Câmara Municipal de Anadia tem os preços e as tarifas socialmente mais baixas para toda a gente. Se temos políticas sociais para famílias numerosas, para famílias carenciadas, também é verdade que temos, entre preços e tarifas, as mais baixas, e socialmente falando, para toda a gente e mais acessíveis.-----

----- Portanto, foi aquilo que têm sido as opções, obviamente, dos anteriores Executivos, e que o Senhor Deputado também o referiu, e obviamente dentro do possível vamos continuar e é nossa opção manter esta política. A não ser que, obviamente, haja qualquer indicação da parte governamental que nos obrigue a tomar outras medidas, de outra forma nós não as tomaremos. Recentemente tivemos que fazer, apenas, um aumento da tarifa de saneamento porque a isso somos obrigados, nomeadamente no cumprimento de uma das metas do PEAASAR e no cumprimento de uma candidatura que foi financiada e que nós nos comprometemos obviamente a alcançar essa tarifa de saneamento. -----

----- Mas, quer a água, quer os lixos, quer o saneamento, temos, obviamente, as taxas mais baixas que aplicamos a nível da região. E não creio que qualquer Deputado que foi eleito na bancada do MIAP vá para a CIRA discutir o que quer que seja da AdRA porque esse é um assunto que ao Município de Anadia não cabe. Ponto assente. Nós não aderimos e não participamos nessa discussão.”-----

----- Esgotada a discussão do ponto dois da ordem do dia, respeitante à Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão. -----

----- Prontamente, submeteu à votação dos Senhores Deputados a Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, anunciou que a Proposta de Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 3.º do RAMA, tinha sido aprovada por maioria, com vinte e dois



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, Presidentes das Juntas de Freguesia, respetivamente de Avelãs de Caminho, Avelãs de Cima e União das Freguesias de Arcos e Mogofores, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, para apresentar uma declaração de voto: "Ponto dois período da ordem do dia. Declaração de voto oral e será entregue depois por escrito, também, ao Senhor Presidente. -----

----- Os deputados eleitos diretamente para a Assembleia Municipal de Anadia, pelo PPD/PSD, consideram que os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano de dois mil e catorze propostos a discussão e votação não refletem uma definição clara dos objetivos estratégicos, não definem as linhas orientadoras de desenvolvimento económico do concelho, não promovem a integração da juventude, das suas capacidades de inovação e de empreendedorismo tão necessárias, nem explicitam as bases de uma intervenção de ação e coesão social de matriz estruturante. -----

----- Apesar destes considerandos globais e dos já elencados especificamente por esses mesmos deputados durante o período de discussão, consideramos que a realização destes documentos compete, na sua génese, estrutura e consequências, exclusivamente ao executivo.

----- Tudo faremos, conforme nos comprometemos, a fiscalizar o descrito e proposto de forma exaustiva, quer política quer tecnicamente. E como foi também nosso discurso, não faremos oposição, simplesmente porque somos do contra. Interviremos no sentido construtivo, *a posteriori*. Nesse sentido e porque se trata de um ano zero de apresentação de ideias, de ideais e de documentos, o nosso sentido de voto é a abstenção, para responsabilizar as ações e execução orçamental deste executivo. -----

----- Os deputados eleitos diretamente para a Assembleia Municipal de Anadia, pelo PPD/PSD, assinam os oito deputados."-----

----- Também para apresentar uma declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD. O Senhor Deputado formalizou a declaração: "Senhor Presidente, eu pretendia fazer a minha entrega de declaração de voto por escrito, se fosse possível." -----

----- Tendo sido apresentada à Mesa a declaração de voto subscrita pelo Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Deputado para fazer o favor de proceder à sua leitura, uma vez que se encontrava escrita manualmente. -----

----- Recuperando a palavra, o Senhor Deputado passou a ler a sua declaração de voto: "A justificação de voto favorável é com a convicção de que a Câmara Municipal de Anadia colabora



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

com a Freguesia de Avelãs de Caminho, dotando esta de meios financeiros e logísticos necessários para concretizar os anseios da população. Pretendo equidade e modo de tratamento idêntico às restantes freguesias do concelho de Anadia. Sem outro assunto de momento, subscrevo-me com consideração.”-----

----- Para outra declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Baptista Veiga, do Grupo Municipal do PPS/PSD e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima, que, depois de cumprimentar os presentes, concretizou : “Quero entregar uma declaração de voto, porquê votei a favor do orçamento. Declaração de voto, tendo presente o discurso da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anadia, na tomada de posse, cito, *“que as juntas de freguesia continuarão a ser a primeira porta a que os cidadãos irão bater, sendo por isso crucial o seu papel, numa lógica de resposta de proximidade, mais rápida, adequada e, sobretudo, evitando, em muitos casos, excessivas e desnecessárias burocracias”*, voto favoravelmente este Documento Previsional e Mapa de Pessoal do Município de Anadia para o ano dois mil e catorze. -----

----- As minhas expectativas vão no sentido de que haverá equidade nas decisões a repartir pelas freguesias, assim como na articulação para resolução de problemas que condicionam a vida dos cidadãos locais.”-----

----- Apresentadas as declarações de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma sugestão para interrupção dos trabalhos, o que fez da forma que se passa a tentar transcrever na íntegra: ----

----- “Senhora Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, há cinco horas, com atenção e com trabalho desenvolvido, claramente, que é notório, e algumas pessoas certamente com necessidade de fazer um interregno para beber uma bebida quente, ou para repor forças e energias para retomar mais três pontos. Socorrendo-me da faculdade que o artigo sétimo, alínea f), me concede, por razões excecionais, uma interrupção, eu faria uma interrupção de trabalhos, por dez minutos.”-----

----- Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, de imediato, passou a apresentar o ponto três da ordem do dia, *“Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho”*. -----

----- Apresentado o ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução daquele ponto. A Senhora Presidente da Câmara Municipal concretizou a intervenção: -----

----- “Isto decorre da lei e é com base na lei que foram dadas essas explicações e foram apresentadas essas propostas à Câmara Municipal e que agora se submetem à Assembleia Municipal. Penso que não haverá muito mais explicações a dar para além daquilo que foi já exposto e que também nos anteriores executivos isto foi assumido. Até na própria informação



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que hoje foi prestada, tiveram oportunidade de ver um relatório desses compromissos que são assumidos no âmbito desta autorização que é concedida e, portanto, caber-me-á, obviamente, essa informação, quer à Câmara Municipal, quer à Assembleia Municipal, conforme os compromissos que forem assumidos neste âmbito. Penso que não haverá muito mais a explicar, mas se houver alguém que tenha qualquer dúvida, poderei prestar as respetivas informações.”-

----- Dando início ao período de intervenções no âmbito da discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que declarou: -----

----- “É uma questão simples. Não sei se decorre de lei, porque pelo menos do que pesquisei não consegui detetar isso. Tenho alguma dificuldade em perceber que a proposta, conforme está no ponto um, não tenha limite de valores, ou que não seja perceptível. Portanto, que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção dos compromissos plurianuais, concordo. Nós sabemos que há atividades, obras que têm efetivamente compromissos plurianuais pela Câmara Municipal que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, passam na Assembleia. Agora, independentemente do valor, não sei se decorre de lei, ou se há alguma explicação, que parece-me que há aqui, quer dizer, não há limite?”-----

----- Finalizada a intervenção do Senhor Deputado José Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que deu a seguinte resposta: -----

----- “Lendo o antecedente, obviamente que vai perceber a que é que diz respeito, e depois na alínea b), os encargos não excedam o limite de noventa e nove setecentos e cinquenta e nove euros (antes era vinte mil contos), em cada um dos anos económicos seguintes ao da contração e o prazo de execução de três anos. -----

----- Obviamente, se fosse um concurso público, eventualmente, terá que ir ao Executivo Municipal e portanto o Executivo Municipal aprova o caderno de encargos e portanto esse plano plurianual de investimentos. -----

----- Agora, no âmbito das competências da Presidente, portanto, é só o montante que lhe estiver reservado, de acordo com a lei. Portanto, tudo o que exceder para além de um mero ajuste direto, ou que entre em valores que tenha que ser concurso público, irá à reunião do Executivo, obviamente, e será aprovado em reunião de Executivo. -----

----- Por exemplo, se ler, com certeza viu o relatório que foi presente. Há aqui empresas, por exemplo, Centro Escolar de Sangalhos, foi um concurso público, portanto, tinham compromissos plurianuais. Agora, depende obviamente dos montantes. Nas empreitadas é um valor, nos bens e serviços é outro. -----

----- Portanto, tudo o que seja para além dos procedimentos ou os limites de investimento que a Presidente tem a possibilidade de realizar, obviamente que é sempre presente em reunião de Câmara e, portanto, é aprovado pelo próprio Executivo. Quando são valores mais pequenos... Temos aqui valores contratuais de trezentos e vinte e cinco euros, por exemplo, data do



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*terminus* do contrato para dois mil e catorze, estarão aqui duzentos e dezassete euros. Portanto, estamos a falar tanto de montantes pequeninos, tanto se trata de ajustes diretos como, eventualmente, concursos públicos.”-----

----- Para a segunda intervenção no período de discussão do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que referiu: -----

----- “É só uma questão que tem a ver com o que nós votámos antes, porque se o nosso plano de investimentos, se as nossas GOP tivessem previsto os quatro anos de execução, isto era desnecessário. Portanto, não teríamos necessidade de recorrer a este mecanismo. É uma questão que eu estou a levantar.”-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal para responder à questão levantada pelo Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular. A Senhora Presidente da Câmara Municipal disse: -----

----- “É bem claro quando está aqui na própria deliberação, considerando que dispõe o artigo vinte e dois do decreto-lei cento e noventa e sete, que determina a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental, em mais de um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através da locação com opção de compra, locação financeira, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando: resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; os seus encargos não excedam. Mas, quer dizer, para isso teríamos que ter todas as rubricas abertas, no fundo, e dotações correspondentes. Agora, há situações em que obviamente nós até as desconhecemos, neste momento. Ou encargos que os desconhecemos.”-----

----- No seguimento da resposta dada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, que formalizou a intervenção: -----

----- “Senhora Presidente. Eu percebo, até porque trabalho numa Câmara, percebo precisamente a necessidade de recorrer a esses mecanismos e da sua necessidade para pôr a Câmara a funcionar de os recorrer. Agora, eu suponho que na autorização genérica favorável à assunção de compromissos devia aqui haver um limite, a partir do qual, não estando previsto em rubrica orçamental ou em GOP, que a Assembleia se tivesse de pronunciar. Porque sem limites, eu confio plenamente em si, não é desconfiar, simplesmente parece-me que a Assembleia, que tem a responsabilidade de fiscalizar o desenvolvimento da Câmara, teria alguma lógica. -----

----- Não estou com isto a querer impedir nada. Parece-me, primeiro, que se tivéssemos rubricas abertas, mais que não seja em outros, que temos várias no plano, conseguíamos sempre enquadrar, se fosse dentro daquela rubrica. Portanto, e isso obrigava-nos claramente a ter o plano definido até dois mil e ..., com pelo menos três anos ou quatro. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Reconheço que efetivamente, por exemplo, nos últimos anos a coisa é mais complicada porque se for dois anos e aquilo ocupar três e tivermos a dois anos do mandato já não é fácil. A minha dúvida aqui é não haver nenhum limite à assunção de compromissos plurianuais sem vir à Assembleia. Eu não sei se a própria legislação prevê. -----

----- Eu suponho que tem de prever um valor limite sem vir à Assembleia. Se tiver dentro da sua competência, não vejo problema nenhum. Vamos lá ver, se tiver dentro da competência que são os mil vezes o rendimento mínimo nacional, está dentro da sua competência, não vejo qualquer problema. Agora, a partir daí a competência é da Assembleia, correto. São os quatrocentos e oitenta mil euros, dessa ordem, quase meio milhão de euros. Dentro desse valor, eu não vejo problema nenhum. Aliás, é uma competência sua, que a Câmara lhe deve ter delegado, de certeza, e, portanto, está à vontade. Agora, a partir dos quatrocentos e oitenta mil euros, mesmo que seja plurianual, é uma competência da Assembleia. O que pretendia era a delegação desses valores, independentemente do valor, era isso? É que eu não consegui perceber ainda.”-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado Sidónio Simões, do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu: -----

----- “Nem está em questão a questão dos valores, porque no caso de contratação, seja de uma empreitada, ou seja de uma aquisição de bens e serviços, a Presidente da Câmara tem os seus limites. A partir daí tem que levar à reunião do Executivo. -----

----- Mas existem outras áreas, como seja o caso da EDP, os encargos eventualmente com a EDP, se estamos a fazer um contrato com a EDP, obviamente ele é plurianual, transita de um ano para o outro. Portanto, através até do Acordo Quadro, por exemplo, que fizemos esse procedimento através do Acordo Quadro, portanto, transita de um ano para o outro. -----

----- No caso dos revisores, por exemplo, que passou por esta Assembleia e já tem uma contratação de três anos, passa de um ano para o outro. E estamos a falar de valores baixos. –

----- No caso, por exemplo, dos serviços de limpeza. Tanto podemos estar a falar de um concurso de limpeza para um edifício que transite de um ano para o outro, como por exemplo se o fizermos em fevereiro e resolvermos dizer que ele é por um ano, ele transita para os dois meses do ano seguinte. -----

----- Se virem, inclusivamente, neste relatório que vos foi apresentado, de encargos orçamentais em mais de um ano económico, inclusivamente dos acordos que temos com os Centros Sociais ou com as Freguesias, através daqueles protocolos e dos acordos, estamos a falar de verbas que há um compromisso do Executivo assumir com os Centros Sociais, ou com as Juntas de Freguesia, mas diz respeito ao ano letivo e, portanto, o ano letivo começa em setembro e termina no ano seguinte. -----

----- Portanto, estamos a falar de valores relativamente baixos. Agora, estamos a confundir os valores para a contratação entre o que é aquisição de bens e serviços, ou de concursos públicos, e aquilo que efetivamente se está aqui, no fundo, a solicitar. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Portanto, tudo o que está para além das competências da Presidente, obviamente, em termos de contratação, tem de passar, obviamente, pela aprovação do Executivo Municipal. Aqui, é para assumir os encargos em mais do que um ano económico. No caso, por exemplo, da EDP, não temos aqui a rubrica propriamente aberta nas PPI's ou nas GOP a dizer que a EDP ou os serviços de limpeza, portanto, lá está nas despesas correntes."-----

----- Não havendo mais pedidos para intervir naquele período de discussão do ponto três da ordem do dia, respeitante ao Pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado. -----

----- Submeteu à votação dos Senhores Deputados o Pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- Decorrida a votação, anunciou que o Pedido de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º, do Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, tinha sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e Presidentes das Juntas de Freguesia, respetivamente, de Avelãs de Cima e União das Freguesias de Arcos e Mogofores, Manuel Baptista Veiga e Fernando Adelino Pina Fernandes, zero votos contra e nove abstenções, de Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia. -----

----- Passou a apresentar o ponto quatro da ordem do dia, "*Apreciação e votação da declaração de eventual nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*". -----

----- Apresentado o ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar a seguinte informação: -----

-----"A documentação deste ponto, está contida na documentação que vos foi enviada. Aproveito a oportunidade para informar que a pasta do expediente produzido na Assembleia Municipal, quer recebido quer expedido, que pode ser consultado pelos Senhores Deputados, encontrando-se na mesa de apoio. De qualquer modo, os Senhores têm em vosso poder essa documentação. Após a eleição, eu tive dúvidas sobre a legalidade da mesma e pedi esclarecimentos à CCDRC, pedi esclarecimentos à DGAL, fiz a proposta para a CIRA e as



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

repostas que obtive estão em vosso poder. Portanto, eu sujeitava o ponto à apreciação dos Senhores Deputados.”-----

----- Iniciado o período de intervenções no âmbito da discussão do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Nogueira, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que referiu: -----

----- “Pedia a vossa amabilidade porque vou voltar a ler. A minha intervenção é feita ao abrigo do artigo trinta e nove, número dois, e constitui, simultaneamente, a nossa declaração de voto. Passo a ler: No passado dia vinte e dois de novembro de dois mil e treze, a Assembleia Municipal de Anadia reuniu, em sessão extraordinária, e procedeu à eleição dos quatro membros da Assembleia Municipal que irão fazer parte da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Aveiro (CIRA). Foram eleitos dois membros da Assembleia Municipal apoiados pelo MIAP e pelo PS e dois membros da Assembleia Municipal apoiados pelo PSD. -----

----- Imediatamente antes de se proceder à eleição, o MIAP e o PS levantaram o incidente da inelegibilidade de um dos candidatos do PSD, Manuel Veiga, com fundamento no facto de este ser membro da Assembleia Municipal por inerência e, assim, estar impedido, não só de eleger como de se fazer eleger. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia decidiu, e bem, depois de consultar o preceituado nos números um e dois do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, não dar seguimento à pretensão do MIAP e do PS. -----

----- Uma semana depois, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia decidiu consultar diversas entidades (DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, CCDRC – Comissão de Coordenação da Região Centro e Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Aveiro) sobre a conformidade com a lei da eleição para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Aveiro (CIRA) de um membro da Assembleia Municipal não eleito diretamente. Responderam, através de ofício, a CCDRC, na pessoa do Vice-presidente desta e o Presidente do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal de Aveiro. O primeiro afirmou que só poderiam ser eleitos para a Assembleia Intermunicipal os membros eleitos diretamente e o segundo sustentou o mesmo, referindo que tinha consultado para o efeito a DGAL e a CCDRC. Contudo, nenhuma destas entidades fundamentou a sua tese, antes procedendo a uma remissão interpretativa para o preceituado nos números um e dois do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze. -----

----- Assumindo, por mera conveniência de raciocínio, que os pedidos de esclarecimento solicitados pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia equivalem ao pedido de um parecer e que, conseqüentemente, as respostas aos mesmos, se traduzem na emissão de um parecer, importa, ainda assim, qualificá-los juridicamente. -----

----- Podemos, de acordo com o estatuído no artigo noventa e oito do Código de Procedimento Administrativo, qualificar os referidos pareceres como sendo pareceres facultativos e não vinculativos. Isto é, como pareceres que a lei não exige e não obriga a serem seguidos. De notar, que os referidos pareceres não respeitam a obrigação de fundamentação, tal como



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

decorre do número um, do artigo noventa e nove do Código de Procedimento Administrativo. ---  
----- Pronunciemo-nos, agora, em concreto, sobre a resposta dada ao pedido de esclarecimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia, pela CCDRC, na pessoa do Vice-presidente desta, que nós assimilamos a um parecer não fundamentado. -----  
----- A primeira nota a referir é que o parecer pedido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia não vincula a Assembleia Municipal de Anadia, dado que é um simples parecer facultativo e não vinculativo. -----  
----- Relativamente ao primeiro parágrafo, e passo a ler o pedido de esclarecimento, a parte do ofício, a resposta ao ofício, peço desculpa: -----  
----- *“Em referência ao vosso pedido de esclarecimento sobre a capacidade eleitoral ativa e passiva, no que respeita à eleição dos membros que irão constituir as assembleias Intermunicipais das Comunidades Intermunicipais, compete-nos informar que, de acordo com o número dois do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro, o colégio eleitoral para a referida eleição é exclusivamente constituído pelos membros das assembleias municipais eleitos diretamente.”*-----  
----- Trata-se, na verdade, de uma interpretação literal, do que expressamente se refere no número dois do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco dois mil e treze. -----  
----- Já quanto ao segundo parágrafo do parecer, temos as maiores dúvidas. Refere-se, no segundo parágrafo, e passo a citar, que *«...só os referidos eleitos poderão apresentar listas, constituídas também pelos eleitos diretamente para a Assembleia Municipal...»*. Ora, salvo melhor opinião, não nos parece que tal exigência esteja inscrita em qualquer um dos números do citado artigo oitenta e três. -----  
----- Senão vejamos: o que o número um do artigo oitenta e três exige é que a assembleia intermunicipal seja constituída por membros de cada assembleia municipal, eleitos de forma proporcional; não refere que os membros da assembleia intermunicipal devem ser apenas escolhidos de entre os membros eleitos de cada assembleia municipal. E não o refere expressamente, não por descuido, falta de atenção ou negligência, mas simplesmente porque não foi essa a intenção do legislador. O que o legislador quis foi permitir que todos os membros da assembleia municipal pudessem ser eleitos membros da assembleia intermunicipal. -----  
----- Por isso, o legislador se deu ao trabalho de delimitar a capacidade eleitoral ativa para a eleição dos membros da assembleia intermunicipal ao dizer expressamente, no número dois do artigo oitenta e três, que, passo a citar: *«A eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal, eleitos diretamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente»*. Fim de citação. Desse mesmo número, se depreende claramente que a eleição se fará, passo a citar: *«...mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior e que devem apresentar, pelo menos, um suplente»*. Fim de citação. -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ao mencionar no número dois do artigo oitenta e três o número de candidatos e ao remeter para o número um do artigo oitenta e três, o legislador apenas introduziu uma limitação quantitativa, quanto ao número de membros da assembleia municipal a eleger e não uma discriminação qualitativa destinada a impedir que fossem eleitos para membros da assembleia intermunicipal os membros da assembleia municipal não eleitos diretamente. Repare-se que, o legislador delimitou no número um do artigo oitenta e três a capacidade eleitoral passiva dos cidadãos em relação à assembleia intermunicipal, ao dizer expressamente que, passo a citar: «A assembleia intermunicipal é constituída por membros de cada assembleia municipal, ...». Fim de citação. -----

----- Note-se que, o legislador poderia ter restringido a capacidade eleitoral passiva na eleição dos membros da assembleia intermunicipal, bastando para tal que tivesse referido expressamente que só poderiam ser eleitos para a assembleia intermunicipal os membros eleitos da assembleia municipal.-----

----- Se o fizesse estaria a restringir ainda mais fortemente o direito, liberdade e garantia dos cidadãos, de participação na vida pública, elegendo e fazendo-se eleger. Ora, essa restrição teria de estar claramente consagrada na lei. Não o está, pelo que não se pode admitir que essa restrição se faça *contra legem*, por via interpretativa. A boa doutrina constitucional é unânime em exigir que as restrições de direitos, liberdades e garantias tenham a forma de lei e sejam claramente expressas. Do mesmo modo, a interpretação da lei quando esta limita direitos, liberdades e garantias terá de ser uma interpretação não restritiva. -----

----- Em nome da verdade, mas em nome da verdade e da boa ciência, é também juridicamente defensável a tese contrária, a tese de que as comunidades intermunicipais representam os interesses dos municípios que as integram. E conseqüentemente, é legítimo sustentar a tese de que, não obstante a deficiente redação do artigo oitenta e três da Lei número setenta e cinco dois mil e treze, só poderão ser eleitos para membros da assembleia intermunicipal os membros eleitos de cada assembleia municipal. -----

----- Sendo assim, como qualificar o vício resultante da eleição para a assembleia intermunicipal de um Presidente de Junta de Freguesia? -----

----- Devemos sustentar que a eleição do referido Presidente da Junta de Freguesia é nula. Contudo, sendo nula a eleição, dever-se-á declarar nulo o ato de eleição de todos os restantes membros da assembleia municipal, apesar de a nenhum desses eleitos assistir qualquer inelegibilidade? Pensamos que não. -----

----- A solução mais razoável é, simplesmente, retirar dos nomes eleitos o nome inelegível e fazer subir em seu lugar o nome seguinte na lista. -----

----- Porém, se a assembleia municipal assim o entender, poder-se-á proceder a nova eleição, sendo certo que o resultado final será a eleição de dois candidatos por parte da lista do MIAP e do PS e de dois candidatos por parte da lista do PSD.”-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado João Nogueira, do Grupo Municipal do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Luís



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Santos, do Grupo Municipal do MIAP, que declarou: -----  
----- “Nós obviamente que no Grupo temos uma visão um pouco diferente desta questão. Não retiramos nada do que foi dito. Entendemos perfeitamente que as interpretações são as interpretações de quem as faz. Nós entendemos, contudo, que, uma vez que a eleição se processou por lista, e há uma inconformidade com uma lista, é nosso entendimento que se deve repetir todo o ato eleitoral, independentemente das listas que vêm ou deixam de vir. Isso a nós não nos preocupa, como é óbvio. -----  
----- Agora, na verdade, entendemos que é bem clara a CCDR quando diz que na realidade a eleição está incorreta, que não se pode eleger um Presidente de Junta. E, depois, a própria CIRA vem dizer o mesmo, quando diz que deve ser substituído. É interpretação da CIRA o ser substituído, mas naquilo que nos diz respeito, há um ato que não decorreu com normalidade legal, em nosso entendimento, que deveria ter corrido. E, por isso, nós somos da opinião que o ato deve ser de novo repetido.”-----  
----- Esgotada a discussão do ponto quatro da ordem do dia, respeitante à Declaração de eventual nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado aquele período de discussão. -----  
----- Submeteu à votação dos Senhores Deputados a Declaração de eventual nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro – Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
----- Decorrida a votação, anunciou que a Declaração de eventual nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro, Eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tinha sido aprovada por maioria, com dezanove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do MIAP e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, doze votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e zero abstenções. -----  
----- Anunciado o resultado da votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal adiantou, que tinha sido declarada a nulidade do ato eletivo produzido no ponto oito da sessão extraordinária ocorrida no passado dia vinte e dois de novembro, respeitante à eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. -----  
----- Declarada a nulidade do ato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encerrado o ponto quatro da ordem do dia. -----

----- Apresentou o ponto cinco da ordem do dia, *“Eventual eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo 83.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em consequência da deliberação anterior”*. -----

----- Apresentado o ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à consideração dos Senhores Deputados a apresentação de listas para a eleição prevista naquele ponto cinco da ordem do dia. -----

----- Entretanto, passou a informar que a Mesa tinha em sua posse duas propostas. Uma proposta, que a Mesa tinha designado por letra A por ter sido a primeira a ser entregue, subscrita pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-Partido Popular. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou, assim, a ler o teor da proposta que a Mesa designou pela letra A, e se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Anadia, dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP abaixo subscritos, no âmbito do ponto da ordem do dia supramencionado, vêm propor para eleição, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), os seguintes membros da Assembleia Municipal de Anadia: efetivos – Artur Domingos Pires Salvador, Deputado do Grupo Municipal do PSD; José Manuel Oliveira Carvalho, Deputado do Grupo Municipal do PSD; Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões, Deputado do Grupo Municipal do CDS-PP; Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro, Deputada do Grupo Municipal do PSD; suplentes – Sara Filipa Seabra dos Reis, Deputada do Grupo Municipal do PSD; Henrique Emanuel de Carlos Fidalgo, Deputado do Grupo Municipal do PSD e Ricardo César Galante Oliveira Manão, Deputado do Grupo Municipal do PSD.”-----

----- De seguida, informou que a lista B era apresentada pelos representantes dos Grupos Municipais do MIAP e do PS, respetivamente, Luís António Sousa Pinto dos Santos e António Manuel Alves, e passou a ler o seu teor, o que se tenta transcrever na íntegra:-----

----- “Propõem, nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Luís António Sousa Pinto dos Santos, António Manuel Alves, António Rafael das Neves Timóteo, Aníbal José Franco Ferreira, para integrarem como efetivos a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nos termos do artigo octogésimo terceiro, do Anexo I, da Lei setenta e cinco dois mil e treze, de doze de setembro, e Arménio Almeida Cerca como elemento suplente da mesma Assembleia.”-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou, também, que eram apresentadas as respetivas declarações de aceitação em qualquer uma das listas. Entretanto, adiantou que iria dar início ao processo de votação, a qual iria ser efetuada seguindo o método da proporcionalidade, reiterando que se encontravam em votação a lista A e a lista B, sendo que a lista era proposta pelos Grupos Municipais do PSD e do CDS-Partido Popular e a lista B proposta



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelos Grupos Municipais do MIAP e do PS. -----

----- Assim, solicitou aos serviços de apoio o favor de procederem à distribuição dos respetivos boletins de voto, adiantando que à semelhança do anterior ato eletivo, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia não iriam participar no mesmo, sendo que votariam apenas os Senhores Deputados Municipais eleitos diretamente. -----

----- Prontamente, deu início ao processo de votação, passando, então, a chamar os Senhores Deputados para depositarem os respetivos boletins de voto na urna, com exceção dos Senhores Presidentes de Junta. -----

----- Concluído o processo de votação, realizado por escrutínio secreto, e feito o apuramento dos votos depositados em urna, sem a participação dos Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do resultado da votação do ponto cinco da ordem do dia, para eleição de quatro membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro. ---

----- Resultado da eleição efetuada, anunciou que tinham sido apurados nove votos na lista A e doze votos na lista B, zero votos nulos e zero votos em branco. Nessa conformidade, e em face do resultado da votação, informou que o primeiro Deputado eleito tinha sido o Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, proposto pela lista B subscrita pelos Grupos Municipais do MIAP e do PS, o segundo Deputado eleito tinha sido o Senhor Deputado Artur Domingos Pires Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, proposto pela lista A subscrita pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-Partido Popular, o terceiro Deputado eleito o Senhor Deputado António Manuel Alves, proposto pela lista B subscrita pelos Grupos Municipais do MIAP e do PS, e o quarto Deputado eleito o Senhor Deputado José Manuel de Oliveira Carvalho, proposto pela lista A subscrita pelos Grupos Municipais do PPD/PSD e do CDS-Partido Popular. -----

----- Assim, e nos termos do artigo oitenta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, irão integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro os Senhores Deputados Municipais: Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, Artur Domingos Pires Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD, António Manuel Alves, do Grupo Municipal do PS, e José Manuel de Oliveira Carvalho, do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

----- Anunciado o resultado do sufrágio, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto cinco da ordem do dia e deu também por encerrado o período da ordem do dia, passando, desde logo, ao período de intervenção do público, nos termos do Artigo trigésimo sexto do RAMA. -----

----- Não tendo sido solicitada a intervenção por parte de qualquer cidadão, depois de interpelado o público presente, anunciou que não iria haver lugar a intervenção do público naquela sessão ordinária de vinte e sete de dezembro de dois mil e treze. -----

----- De seguida, deu a conhecer ao Plenário da apresentação de uma proposta, por parte do Grupo Municipal do MIAP, subscrita pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

para, nos termos da alínea a), do n.º 1, do Artigo 20.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA), aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro e cinco do período da ordem do dia da Assembleia Ordinária do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

----- Depois de submeter à votação dos Senhores Deputados a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Luís António Sousa Pinto dos Santos, do Grupo Municipal do MIAP, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco do período da ordem do dia da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou que a mesma tinha sido aprovada por unanimidade. -----

----- Anunciado a resultado da votação da proposta apresentada pelo Grupo Municipal do MIAP para aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro e cinco do período da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que formalizou a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: --

----- "Muito rapidamente, apenas para felicitar os Senhores Deputados pela forma respeitável e civilizada como decorreu esta Assembleia, no respeito das ideias de cada bancada, mas penso tudo correu bem e, portanto, congratulo-me por isso. -----

----- E de igual modo, também gostava de desejar, já que estamos próximos do final do ano, boas entradas e um bom ano para todos e até um dia destes. Muito obrigada."-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma mensagem final, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- "Antes de dar por encerrada a sessão, quero manifestar o meu agrado e agradecimento pela Vossa colaboração na condução dos trabalhos, reconhecendo a ajuda à minha manifesta inexperiência nas funções que estou investido. Faço questão de não cometer erros que distorçam os objectivos e resultados das sessões desta Assembleia. Desejo a todos um bom ano e felicitar-nos e congratular-nos todos pelo trabalho que produzimos. Acho que correu muito bem. Foi um trabalho árduo, é verdade, mas estamos aqui exatamente para o debate de ideias e para obtenção dos melhores resultados. Para todos um bom ano. Muito obrigado."-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença e a participação de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária do dia vinte e sete de dezembro de dois mil e treze, quando eram dezanove horas e cinquenta e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Segunda Secretária -

---